



TERMO DE REFERÊNCIA

1. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem como objeto a seleção de propostas visando a concessão de direito real de uso de um terreno situado na área industrial 01, sendo o lote 05 da quadra 02 medindo 1.007,26m² (mil e sete metros e vinte e seis centímetros quadrados), localizado no prolongamento da Avenida Araucária, S/N, constante da matrícula nº 13.986, conforme mapa em anexo, pelo prazo de 10 (dez) anos, visando fomentar a geração de empregos no Município de Coronel Domingos Soares e o incremento da arrecadação fiscal e o aperfeiçoamento de novos investimentos.

2. DA JUSTIFICATIVA

O Departamento de Indústria e Comércio de Coronel Domingos Soares – Paraná, considerando as Leis Municipais 735/2015 alterada pela Lei 796/2017, que autoriza o Poder Executivo Municipal a instituir Concessão de Direito de Uso Real de área Industrial e que visa fomentar o desenvolvimento econômico do município, por meio de incentivos e ações voltadas ao setor da indústria, comércio e serviços, priorizando a geração de emprego e renda, conforme o art. 1º da Lei 735/2015:

“Contemplando o interesse público justificado na geração de emprego e renda, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a instituir a Concessão de Direito Real de Uso sobre os bens públicos constantes da Área Industrial 01 do Município de Coronel Domingos Soares constante da matrícula 13.986 do RI da Comarca de Palmas-PR.”

O Município de Coronel Domingos Soares- Paraná está em constante crescimento populacional, e ainda conta com poucas fontes de geração de empregos para seus munícipes. Dessa forma, a Administração Municipal através do setor de Indústria e Comércio vem buscando formas de fomentar a geração de emprego e renda. Assim, se faz necessária a utilização dos mecanismos disponíveis pelo por Executivo para que novas empresas aqui se instalem, a Concessão do imóvel em questão vai ao encontro as necessidades do Município, pois possibilita incentivos necessários a novas empresas, e que estas permaneçam pelo tempo mínimo de 10 (dez) anos, incentivando a geração de empregos e o aumento da arrecadação de receitas.



3. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS MATERIAIS E QUANTITATIVOS

Item	Descrição
01	Um terreno situado na área industrial 01, sendo o lote 05 da quadra 02 medindo 1.007,26m ² (mil e sete metros e vinte e seis centímetros quadrados), localizado no prolongamento da Avenida Araucária, S/N, constante da matrícula nº 13.986, conforme mapa em anexo, pelo prazo de 10 (dez) anos.

4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 4.1. O interessado deverá ser pessoa jurídica de direito privado;
- 4.2. Não poderá participar a empresa que tiver falência ou concordata decretada ou em consórcio;
- 4.3. Não poderá participar a empresa que estiver sendo penalizada com as sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei 8.666/93;
- 4.4. Não poderá participar a empresa que estiver descumprindo o inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;
- 4.5. Servidor ou dirigente deste Município.

5. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

- 5.1. As condições mínimas para fazer jus à concessão de direito real de uso do bem imóvel de que trata este edital são:
 - a) início das atividades da empresa em, no máximo, 180 dias após da data de assinatura do contrato;
 - b) Comprovar após o início das atividades da empresa geração e manutenção imediata de empregos conforme quantidade de empregos proposto na Proposta Comercial, apresentada pela empresa contratada e firmado em Contrato Administrativo;
 - c) Comprovar, após o início das atividades da empresa no prazo de 60 (sessenta) dias e a cada 06 (seis) meses, através da Guia e comprovante de pagamento do INSS, FGTS, cadastro atualizado no E-social, e folhas de pagamentos dos funcionários registrados dos empregos proposto na Proposta Comercial e firmado em Contrato Administrativo, sob pena de aplicação das sanções previstas;
 - d) Priorizar a oferta de empregos a mão de obra local.

6. DOS REQUISITOS ESPECIAIS

- 6.1. Operar e manter, na forma e prazo previstos neste edital, nas normas técnicas aplicáveis e no contrato de concessão;



- 6.2. Cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas contratuais da concessão;
- 6.3. Permitir aos servidores designados para fiscalização, devidamente credenciadas pela Concedente, livre acesso, em qualquer época, ao imóvel cedido;
- 6.4. Realizar toda a instalação necessária para o início de suas atividades, bem como a manutenção, pequenos reparos, benfeitorias, limpeza, conservação do imóvel que se fizerem necessárias, de acordo com as determinações da Concedente;
- 6.5. A CONCESSÃO implicará na responsabilidade da Concessionária em garantir o seu eficaz funcionamento, inclusive a segurança dos usuários, segundo as normas e critérios a serem expedidos pelo Concedente por meio do referido edital, incumbindo, ainda a Concessionária a responsabilidade pelos empregados que vierem a trabalhar no local, bem como pelo pagamento dos tributos que venham a incidir sobre as suas atividades, além das incumbências e encargos previstos neste Termo de Referência e Edital;
- 6.6. A empresa vencedora deverá realizar a construção de uma edificação em alvenaria com no mínimo 200m²;
- 6.7. Deverá gerar no mínimo 03 empregos diretos com carteira assinada;
- 6.8. Caso a concessionária não consiga cumprir a estimativa de geração mínima de empregos acima citada, a concessão será rescindida, salvo fato devidamente justificado pela concessionária, bem como aceito e autorizado pela CONCEDENTE;
- 6.9. O investimento mínimo da obra e equipamentos deve ser de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);
- 6.10. A empresa deverá apresentar junto a Assessoria de Engenharia da Prefeitura de Coronel Domingos Soares um memorial descritivo da obra do barracão, para verificação e aceite;
- 6.11. Apresentação de um termo que explique as atividades da empresa e os reais benefícios para sua implementação no Município.

7. DO PRAZO

- 7.1. O prazo da referida será de 10 (dez) anos, contados a partir da assinatura do Termo de Cessão de uso;
- 7.2. Adjudicado o objeto do presente Termo de Referência, o município de Coronel Domingos Soares convocará o adjudicatário para assinar o termo de concessão em até 10 dias, sob pena de decair o direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/1993;



7.3. O município de Coronel Domingos Soares poderá, quando o convocado não assinar o contrato de concessão no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados, de conformidade com o presente edital, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

8. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

8.1. Havendo empate entre duas ou mais propostas a classificação se fará por sorteio, em ato público;

8.2. Após a divulgação do julgamento e decorrido o prazo recursal previsto em Lei, o processo será submetido à autoridade superior, para fins de homologação, revogação ou anulação desta licitação.

Para o julgamento objetivo do certame, levar-se-á em conta:

a) Geração de empregos diretos:

- 1- De 03 a 05 empregos: 30 pontos
- 2- De 05 a 10 empregos: 50 pontos
- 3- De 10 a 20 empregos: 80 pontos
- 4- Mais de 20 empregos: 100 pontos

b) Dimensão física do empreendimento: Obs: As licitantes deverão apresentar Memorial Descritivo de acordo com a área a ser construída:

- 1- Construção de barracão cuja área fechada esteja entre 200 e 400 m²: 50
- 2- Construção de barracão cuja área fechada esteja entre 400 e 1000 m²: 80
- 3- Construção de barracão cuja área fechada esteja acima de 1000 m²: 100

9. DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1. O contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da CONCEDENTE independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que caiba a CONCESSIONÁRIA outros direitos, especialmente o de indenização, na ocorrência de qualquer das hipóteses dos incisos I a XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, notadamente quando se verificar algum dos motivos abaixo relacionados;

9.2. Razões de relevante interesse público a juízo da CONCEDENTE;



9.3. Falta de cumprimento das cláusulas estabelecidas no Termo de Concessão.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

10.1. Serão de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, a manutenção do imóvel

10.2. . Da mesma forma, a CONCESSIONÁRIA deverá assumir inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações previdenciárias, sociais e de proteção aos seus empregados, se houverem, bem como, pelos encargos fiscais e comerciais, mediante a concessão.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

11.1. O Município executará a infraestrutura da Área Industrial que compreenderá a abertura de ruas e a pavimentação destas, instalação das redes de energia elétrica de alta e baixa tensão e demais obras e serviços necessários ao seu adequado funcionamento, obedecidas às disponibilidades orçamentárias, financeiras bem como as prioridades administrativas;

11.2. Terão execução prioritária as obras e infraestrutura básica exigíveis nos termos da legislação federal, estadual e municipal aplicáveis, podendo, ainda, o Município executar serviços de terraplenagem necessários à instalação da indústria e benfeitorias, desde que haja previsão orçamentária e financeira para tal.

12. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1. Ao final da concessão, objeto deste contrato, a CONCESSIONÁRIA deverá entregá-lo nas mesmas condições que o recebeu, mediante vistoria por representante designado pela CONCEDENTE.

13. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO

13.1. A fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, será efetuado pelo Diretor de Administração Antonio Carlos Kovoliski;

13.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, ainda que resultem de condições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, da ocorrência desta, não implica na responsabilidade da administração e de seus agentes prepostos.



**MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ**

CENTRO ADMINISTRATIVO ADÃO REIS
CNPJ 01614415/0001-18
AV ARAUCÁRIA, 3120
FONE/FAX 46-3254-1166 – CEP 85557000

006

Coronel Domingos Soares- Paraná, 13 de julho de 2023.

ANTONIO CARLOS KOVOLISKI
Diretor do Departamento de Administração



www.LeisMunicipais.com.br

Versão consolidada, com alterações até o dia 18/07/2017

LEI Nº 735/2015

"Autoriza o Executivo Municipal a instituir Concessão de Direito Real de Uso de área industrial do Município e dá outras providências".

A Câmara Municipal de Coronel Domingos Soares, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais aprovou e o Prefeito Municipal sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º - Contemplando o interesse público justificado na geração de emprego e renda, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a instituir a Concessão de Direito Real de Uso sobre os bens públicos constantes da Área Industrial 01 do Município de Coronel Domingos Soares constante da matrícula 13.986 do RI da Comarca de Palmas-PR, com 121.000m², localizada nos limites descritos no mapa que constitui o Anexo I que é parte integrante e indissociável desta Lei, destinado à instalação de indústrias e agroindústrias consoante Decreto-Lei **271/67**.

Art. 2º - Contemplando o interesse público justificado na geração de emprego e renda, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a instituir a Concessão de Direito Real de Uso sobre os bens públicos constantes da Área Industrial 01 do Município de Coronel Domingos Soares constante da matrícula 13.986 do RI da Comarca de Palmas-PR, com 121.000m², localizada nos limites descritos no mapa que constitui o Anexo I que é parte integrante e indissociável desta Lei, destinado a instalação de indústrias, agroindústrias, comércios e prestadores de serviços consoante Decreto-Lei **271/67**. (Redação dada pela Lei nº **796/2017**)

§ 1º O plano de infra-estrutura específico de ocupação da Área Industrial é o constante do Memorial Descritivo que constitui o Anexo II desta Lei.

§ 2º O imóvel descrito no caput deste artigo será fracionado de acordo com as necessidades de seu propósito de forma a ser utilizado da maneira mais eficiente e com o maior aproveitamento quanto possível.

§ 3º É vedada a utilização do imóvel descrito no caput deste artigo, no todo ou em parte, para fins residenciais de quaisquer espécies.

§ 4º As edificações a serem construídas no imóvel descrito neste caput deverão obedecer à legislação aplicável a matéria, não sendo permitida a confecção de estruturas rústicas, precárias ou provisórias, com madeiras inapropriadas, deterioradas ou que coloquem em risco os seus usuários, bem como demais estruturas existentes na área, exceto quando preparatórias para a edificação. (emenda aditiva)

Art. 2º - O Município executará a infra-estrutura da Área Industrial que compreenderá a abertura de ruas e a pavimentação destas, instalação das redes de energia elétrica de alta e baixa tensão e demais obras e serviços necessários ao seu adequado funcionamento, obedecidas às disponibilidades orçamentárias, financeiras bem como as prioridades administrativas.

§ 1º Terão execução prioritária as obras e infra-estrutura básica exigíveis nos termos da legislação federal, estadual e municipal aplicáveis, podendo, ainda, o Município executar serviços de terraplenagem necessários à instalação da indústria e benfeitorias, desde que haja previsão orçamentária e financeira para tal.

§ 2º O Poder Executivo providenciará nos atos necessários à legalização da Área Industrial junto aos órgãos públicos competentes com vistas ao registro no ofício de Registro de Imóveis.

§ 3º Para efetivação do descrito no caput deste artigo poderá o Executivo Municipal celebrar convênios e/ou parcerias com órgãos Estaduais e Federais, a fim de que sejam minimizados os custos ao erário municipal.

Art. 3º A Concessão, objeto desta lei, é estabelecida a título gratuito e por prazo de 10 (dez) anos, renovável por igual período, a critério, oportunidade e conveniência do executivo Municipal, e desde que efetivamente cumprida a integralidade dos encargos definidos nesta lei e no conseqüente contrato administrativo.

Art. 4º A organização e coordenação da utilização, funcionamento e desenvolvimento da área concedida, obedecerão à legislação municipal aplicável e às normas federais e estaduais incidentes, cabendo ao Poder Executivo adotar as medidas necessárias à consecução dos objetivos expressos nesta Lei. (emenda Supressiva)

Art. 5º A outorga da concessão será precedida de licitação, na modalidade de concorrência, nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, onde se mencionará todos os requisitos, condicionantes e encargos, pertinentes a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública Municipal, observados os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.

Parágrafo único. Para os fins previstos nesta lei, bem como meios objetivos de seleção em licitação, poderão ser priorizados os critérios de maior oferta de empregos e/ou pelo maior investimento de capital e/ou previsão de maior faturamento.

Art. 6º A concessão será formalizada por contrato administrativo com cláusula resolutória, condicionada a vinculação da concessão à finalidade de exploração de atividade industrial e com a fixação do prazo máximo de 6 (seis) meses para início das atividades produtivas a contar da data de assinatura do contrato de concessão, podendo este prazo ser prorrogado por uma única vez pelo Chefe do Executivo mediante solicitação formal e justificada do concessionário.

Art. 6º A concessão será formalizada por contrato administrativo com cláusula resolutória, condicionada a vinculação da concessão à finalidade de exploração de atividade industrial, comercial ou de serviços e com a fixação do prazo máximo de 6 (seis) meses para início das atividades a contar da data de assinatura do contrato de concessão, podendo este prazo ser prorrogado por uma única vez pelo Chefe do Executivo mediante solicitação formal e justificada do concessionário. (Redação dada pela Lei nº 796/2017)

§ 1º No caso de descumprimento de qualquer das condições descritas no caput deste artigo, resolver-se-á a concessão, perdendo o concessionário as benfeitorias de qualquer natureza que tenha realizado no imóvel.

§ 2º Resolver-se-á a concessão, além das causas previstas na presente lei, na hipótese de extinção da empresa ou sociedade, cessação definitiva das atividades instaladas ou paralisação de suas atividades por mais de seis meses de forma ininterrupta, perdendo o concessionário, as benfeitorias de qualquer natureza que tiver realizado no imóvel.

Art. 7º O direito de uso poderá ser cedido por ato negocial, sucessão comercial ou sucessão legítima e testamentária, mantida a destinação industrial e os encargos incidentes.

Art. 8º O direito de uso não poderá sofrer oneração, em garantia de financiamento para instalação da indústria e suas ampliações, ou ainda para a manutenção da atividade laboral do concessionário.

Art. 8º O direito de uso não poderá sofrer oneração, em garantia de financiamento para instalação das estruturas físicas e suas ampliações, ou ainda para a manutenção da atividade laboral do concessionário. (Redação dada pela Lei nº 796/2017)

Art. 9º Desde a assinatura do contrato de concessão de direito de uso, o concessionário fruirá do imóvel para os fins estabelecidos e responderá por todos os encargos civis e tributários que venham a incidir sobre o imóvel e suas rendas.

§ 1º O concessionário ficará obrigado pela boa conservação e manutenção do imóvel e de suas benfeitorias, se existirem, até o fim do contrato.

§ 2º Ao final do período de concessão o imóvel deverá ser restituído nas mesmas condições do recebimento excetuado a depreciação do imóvel face seu tempo de uso e seu desgaste natural em se tratando de edificação.

Art. 10. Não poderá ser beneficiada por esta Lei empresa já detentora da mesma espécie concessão no âmbito do Município.

Art. 11. As atividades a serem desenvolvidas nos imóveis jamais poderão contrariar as demais legislações vigentes no País, especialmente as normas ambientais quando houver o manuseio ou utilização de materiais voláteis, inflamáveis, tóxicos ou insalubres, sejam eles residuais ou matéria prima, devendo se, ainda, observar a legislação municipal para edificações, uso do solo e disposições do Plano Diretor Municipal.

Art. 12. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e em especial a Lei Municipal 609/2012.

Coronel Domingos Soares Pr, em 17 de Setembro de 2015.

VALDIR PEREIRA VAZ
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I ANEXO II MEMORIAL DESCRITIVO IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

DENOMINAÇÃO:	TERRENO URBANO CONSTANTE NA MATRÍCULA Nº 13.986
ÁREA:	121.000,00 m. ² OU =5,00 alqueires
LOCAL:	QUADRO URBANO MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES COMARCA DE PALMAS-PR.
PROPRIETÁRIO:	MUNICÍPIO DE CEL. DOMINGOS SOARES

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

Inicia-se este, num marco de imbuia denominado 0=PP cravado na divisa com terras com o Espólio de Suely Ferreira Pires; Segue por linha seca, confrontando com terras do Espólio de Suely Ferreira Pires, no seguinte Azimute: AZ=105º37'14" e na seguinte distância: 669,34m até outro ponto; Segue confrontando com o prolongamento da Avenida Araucária, no seguinte Azimute: AZ=140º05'10", e na seguinte distância: 156,24m até outro ponto; Segue por linha seca, dividindo com terras de Edson Nei SalvadoriDesconsi, no seguinte Azimute: AZ=272º56'02" e na seguinte distância: 754,26m até outro ponto; Segue pelo lado direito de uma sanga, no sentido Jusante, confrontando com terras de Edson Nei SalvadoriDesconsi e outros, com vários Azimutes e distâncias, perfazendo um total de 307,75m até o ponto inicial desta descrição. Coronel Domingos Soares, 25 de junho de 2015. Mauri José Griebeler Engenheiro Agrimensor CREA - PR23.569/D

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 22/08/2019



PARECER CONTABIL

Os tramites legais deste processo obedecerão ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias conforme os itens abaixo, respeitados os limitadores constantes do orçamento aprovado para 2022.

Informamos a existência de previsão orçamentária para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes de possível contratação do objeto: **Concessão de direito real de uso de um terreno situado na área industrial 01, sendo o lote 05 da quadra 02 medindo 1.007,26m².**

Especificação de Dotações:

11 – Departamento de Industria e Comércio

001 – Departamento de Industria e Comércio

22.661.0013.2073 – Manutenção das atividades do Departamento de Industria e Comércio

Conta de despesa 6430 – fonte 000

Natureza da despesa do orçamento

33.90.39.00.00 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica

Ressalva-se, contudo, que o presente parecer se restringe meramente a indicar a existência de dotações orçamentárias específicas e suficientes, não havendo com isso destaque ou aprisionamento de recursos. Ou seja, visa tão somente apontar a existência de previsão de recursos orçamentários no exercício para fins de atendimento ao despacho inaugural e ao disposto no art. 7º, §2º, inciso III, art. 14, ambos da lei 8.666/93. A análise de existência de disponibilidade de recursos financeiros fica reservada para o momento posterior a confirmação da contratação e anterior a realização da despesa decorrente da etapa de empenho, conforme art. 58 e SS da lei 4.320/64. Bem como não compete à contabilidade a análise e determinação do objeto da compra.

Por fim, alerta-se que, caso a soma global das obrigações de mesma natureza venha a superar o valor das dotações indicadas acima, poderá haver limitação de empenho e bloqueio de realização das despesas decorrentes.

Coronel Domingos Soares, 28 de junho de 2023.

Daniele P. Bringhenti
Contadora CRC PR-047272/O-2



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

012

Parecer de Licitação 75/2023

Origem: Gabinete

Destino: Comissão Permanente de Licitações

Considerando:

1. A necessidade de dar suprimento(os) a (as) demanda (as) em anexo para Concorrência referente a seleção de propostas visando a concessão de direito real de uso de um terreno situado na área industrial 01, sendo o lote 05 da quadra 02 medindo 1.007,26m² (mil e sete metros e vinte e seis centímetros quadrados), localizado no prolongamento da Avenida Araucária, S/N, constante da matrícula nº 13.986, conforme mapa em anexo, pelo prazo de 10 (dez) anos, visando fomentar a geração de empregos no Município de Coronel Domingos Soares e o incremento da arrecadação fiscal e o aperfeiçoamento de novos investimentos.
2. O contido na Lei de 8.666 de 21 de junho de 1993 bem como suas demais alterações, a Lei de Responsabilidade Fiscal somando-se ainda aos princípios que regem a administração pública de uma maneira geral;
3. O não comprometimento de recursos do erário nem utilização de provisões orçamentárias para aperfeiçoamento do certame;
4. Que a presente concessão de direito real de uso não é gratuita devendo o beneficiário cumprir com os encargos mínimos a serem estabelecidos em edital, quanto a geração de empregos formais e outras especificações contidas no Termo de Referência.

Determino:

5. Que a Comissão Permanente de Licitações, proceda todos os atos necessários, estritamente dentro da competência para a construção do processo, preferencialmente "Concorrência", a fim de que se classifiquem as melhores propostas para aperfeiçoamento do(s) objeto (s): Referente a seleção de propostas visando a concessão de direito real de uso de um terreno situado na área industrial 01, sendo o lote 05 da quadra 02 medindo 1.007,26m² (mil e sete metros e vinte e seis centímetros quadrados), localizado no prolongamento da Avenida Araucária, S/N, constante da matrícula nº 13.986, conforme mapa em anexo, pelo prazo de 10 (dez) anos, visando fomentar a geração de empregos no Município de Coronel Domingos Soares e o incremento da arrecadação fiscal e o aperfeiçoamento de novos investimentos, tomando por base a demanda informada através do Termo de Referência realizado pelo Departamento de Administração aliado ao que dispõe a Lei Municipal 735/2017 e alteração posterior.

Coronel Domingos Soares, 28 de julho de 2023.

Jandir Bandiera
Prefeito Municipal



PROCESSO N.º 100/2023 – CONCORRENCIA N.º 4/2023

1 - COMUNICAÇÃO E OBJETO

1.1 - A Prefeitura de Cel. Domingos Soares, Estado do Paraná, através da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 141/2022, e ainda de conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 suas posteriores alterações, Lei Complementar nº 123/06, torna público que realizará licitação na modalidade concorrência, para Concessão de direito real de uso de um terreno situado na área industrial 01, sendo o lote 05 da quadra 02 medindo 1.007,26m² (mil e sete metros e vinte e seis centímetros quadrados), localizado no prolongamento da Avenida Araucária, S/N, constante da matrícula nº 13.986, conforme mapa em anexo, pelo prazo de 10 (dez) anos, visando fomentar a geração de empregos no Município de Coronel Domingos Soares e o incremento da arrecadação fiscal e o aperfeiçoamento de novos investimentos.

1.1.1 - O presente edital, encontra-se à disposição para consulta e verificação por parte dos interessados no setor de Compras/Licitações durante o horário normal de expediente a partir de sua publicação sem custos para os proponentes. Quaisquer cópias a serem dispensadas destes documentos serão cobradas a razão de R\$ 0,20(vinte centavos) a cópia em papel A4, caso o interessado deseje efetuar cópia em algum tipo de mídia o material deverá ser fornecido pelo proponente. Quaisquer documentos que possam ser enviados por e-mail não apresentarão custos adicionais para os proponentes.

1.2- É objeto desta licitação a Concessão de direito real de uso de um terreno situado na área industrial 01, sendo o lote 05 da quadra 02 medindo 1.007,26m² (mil e sete metros e vinte e seis centímetros quadrados), localizado no prolongamento da Avenida Araucária, S/N, constante da matrícula nº 13.986, conforme mapa em anexo, pelo prazo de 10 (dez) anos, visando fomentar a geração de empregos no Município de Coronel Domingos Soares e o incremento da arrecadação fiscal e o aperfeiçoamento de novos investimentos., conforme segue:

Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade
1	8350	Um terreno situado na área industrial 01, sendo o lote 05 da quadra 02 medindo 1.007,26m ² (mil e sete metros e vinte e seis centímetros quadrados), localizado no prolongamento da Avenida Araucária, S/N, constante da matrícula nº 13.986, conforme mapa em anexo, pelo prazo de 10 (dez) anos.	1,00	UN

2 DATA, LOCAL e HORÁRIO DA LICITAÇÃO

2.1 – **ABERTURA** - No dia **11/09/2023, às 09:00 horas**, na Sala de reuniões, localizada na Prefeitura Municipal de Cel. Domingos Soares, situada na Av. Araucária, nº 3120, a Comissão de Licitações estará reunida para a abertura dos envelopes de habilitação dos proponentes que tenham protocolado previamente seus envelopes.

2.2 – **PROTOCOLO** – Os envelopes 01 e 02, ou seja, de habilitação e de proposta de preços, deverão ser protocolados no setor de protocolo da administração municipal até a data de **11/09/2023, às 09:00 horas**, impreterivelmente, sendo que após esta data e horário nenhum envelope mais será recebido sob alegação alguma.

3 FUNDAMENTO LEGAL

3.1 - O presente certame rege-se-á pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 suas posteriores alterações, Lei Complementar nº 123/06, aliado ao que dispõem a Lei Municipal 735/2015 e suas posteriores alterações.

4 PARTICIPAÇÃO



4.1 - O interessado deverá ser pessoa jurídica de direito privado;

4.2 - DA PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

4.2.1 - Para efeitos de utilização dos benefícios de que trata a Lei das Micro e Pequenas Empresas, as licitantes deverão preencher e apresentar no envelope de habilitação, a Declaração constante do Anexo VIII deste Edital, salientando que a falsidade de declaração prestada objetivando benefícios da LC 123/2006, caracteriza o crime de que trata o art. 299 do Código Penal Brasileiro, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas cabíveis;

4.3 - Não poderão participar do presente certame:

a) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista, ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) de capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

b) servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;

c) Empresa considerada inidônea por Órgão ou entidade da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;

d) Empresa inadimplente ou que tiver contrato rescindido, ou ainda suspensa de licitar/contratar, com o município de Cel. Domingos Soares e/ou qualquer outro órgão Federal, Estadual e Municipal de qualquer unidade da Federação.

e) Consórcio de empresas.

f) Não poderá participar a empresa que tiver falência ou concordata decretada ou em consórcio;

g) Não poderá participar a empresa que estiver sendo penalizada com as sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei 8.666/93;

h) Não poderá participar a empresa que estiver descumprindo o inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

4.4 - Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa junto ao Município, no presente certame, sob pena de exclusão de todas as licitantes representadas.

4.5 - A participação da licitante na presente licitação implica nos seguintes compromissos:

4.5.1 - Estar ciente das condições, assumindo a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados e fornecer quaisquer informações complementares solicitadas pela Comissão Permanente de Licitações e Contratos;

4.5.2 - Ater-se ao objeto sem se desviar de seu propósito no decurso do período de concessão.

4.5.3 - Analisar previamente e de modo minucioso todas as características do processo, informando antes do certame toda e qualquer eventual impropriedade que detectar e, caso não se manifeste, assumir, se vencedora da licitação, o pleno ônus de seu cumprimento, inclusive eventuais alterações que julgarem tecnicamente necessárias, desde que autorizadas pela CONTRATANTE.

4.5.4 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, além daquelas pertinentes a legislação trabalhista.

5 CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

5.1 As condições mínimas para fazer jus à concessão de direito real de uso do bem imóvel de que trata este edital são:

5.1.1 Início das atividades da empresa em 06 (seis) meses após a data de assinatura do contrato;

5.1.2 Comprovar após o início das atividades da empresa geração e manutenção imediata de empregos conforme quantidade de empregos proposto na Proposta Comercial, apresentada pela empresa contratada e firmado em Contrato Administrativo;



- 5.1.3 Comprovar, após o início das atividades da empresa no prazo de 60 (sessenta) dias e a cada 06 (seis) meses, através da Guia e comprovante de pagamento do INSS, FGTS, cadastro atualizado no E-social, e folhas de pagamentos dos funcionários registrados dos empregos proposto na Proposta Comercial e firmado em Contrato Administrativo, sob pena de aplicação das sanções previstas;
- 5.1.4 Priorizar a oferta de empregos a mão de obra local.
- 5.1.5 Operar e manter, na forma e prazo previstos neste edital, nas normas técnicas aplicáveis e no contrato de concessão;
- 5.1.6 Cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas contratuais da concessão;
- 5.1.7 Permitir aos servidores designados para fiscalização, devidamente credenciados pela Concedente, livre acesso, em qualquer época, ao terreno cedido;
- 5.1.8 Realizar toda a instalação necessária para o início de suas atividades, bem como, benfeitorias, limpeza, conservação do terreno que se fizerem necessárias, de acordo com as determinações da Concedente;
- 5.1.9 A CONCESSÃO implicará na responsabilidade da Concessionária em garantir o seu eficaz funcionamento, inclusive a segurança dos usuários, segundo as normas e critérios a serem expedidos pelo Concedente por meio do referido edital, incumbindo, ainda a Concessionária a responsabilidade pelos empregados que vierem a trabalhar no local, bem como pelo pagamento dos tributos que venham a incidir sobre as suas atividades, além das incumbências e encargos previstos neste Termo de Referência e Edital;
- 5.1.10 A empresa vencedora deverá realizar a construção de uma edificação em alvenaria com no mínimo 200m²(duzentos metros quadrados);
- 5.1.11 Deverá gerar no mínimo 03(três) empregos diretos com carteira assinada;
- 5.1.12 Caso a concessionária não consiga cumprir a estimativa de geração mínima de empregos acima citada, a concessão será rescindida, salvo fato devidamente justificado pela concessionária, bem como accito e autorizado pela CONCEDENTE;
- 5.1.13 O investimento mínimo da obra e equipamentos deve ser de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);
- 5.1.14 O licitante que tiver para si adjudicado o objeto deverá se responsabilizar por toda a documentação pertinente a edificação que irá aperfeiçoar no imóvel, perante os setores competentes da municipalidade que irá ou não autorizar a edificação consoante legislação aplicável à matéria bem como em respeito ao disposto no §4º do art. 1º da Lei 735/15.

6 APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

6.1 - Os documentos de HABILITAÇÃO e a PROPOSTA COMERCIAL exigidos neste edital, deverão ser apresentados em ENVELOPES distintos e lacrados, contendo as seguintes indicações no seu averso:

ENVELOPE 1 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
CONCORRENCIA Nº 4/2023
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA LICITANTE
Local, data e hora da realização do certame.

ENVELOPE 2 - PROPOSTA COMERCIAL
CONCORRENCIA Nº 4/2023
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA LICITANTE
Local, data e hora da realização do certame.

6.2 - Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada previamente por cartório competente ou por servidor na qualidade de membro da Comissão de Licitação ou publicação em órgão de



imprensa oficial. Esta condição, ou seja, de autenticação, poderá ser dispensada para aqueles documentos que podem ter sua autenticidade verificada a qualquer tempo nos arquivos da municipalidade ou via on-line no respectivo site da internet.

6.3 - A colocação de PROPOSTA COMERCIAL no invólucro dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, acarretará automaticamente na exclusão da licitante do certame.

6.4 - Cada licitante far-se-á presente com apenas um representante que, munido de documento hábil, será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório, respondendo, assim, para todos os efeitos, por sua representada, devendo, ainda, no ato da entrega dos envelopes, identificar-se, exibindo Cédula de Identidade.

6.5 - Os Documentos de habilitação deverão ser apresentados, preferencialmente, conforme a ordem deste Edital, rubricados.

Parágrafo único – a licitante que, eventualmente, apresentar os documentos de habilitação fora da ordem apresentada por este edital ou sem a devida rubrica, poderá fazê-lo no ato de que trata o subitem 2.1, na presença da Comissão de Licitação e dos demais licitantes, não sendo aceita a inclusão de nenhum outro documento que não sejam aqueles já apresentados.

7 DA ORGANIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS E DA PROPOSTA

7.1 - ENVELOPE 1 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: os documentos deverão ser apresentados em uma via na disposição e características a seguir relacionadas:

7.1.1 - Habilitação Jurídica

a) ato constitutivo do proponente (dispensado se já apresentado junto aos documentos de credenciamento).

a.1) A ser comprovado através de Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou Certificado da Condição de Micro empreendedor Individual ou, Contrato Social e sua última alteração, ou Certidão atualizada da Junta Comercial, para as sociedades comerciais ou, Certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou do Cartório de Títulos e Documentos para as sociedades civis e, no caso de sociedades por ações, acompanhada de prova da eleição da diretoria em exercício ou, se for o caso, decreto de autorização para funcionamento no país, no caso de empresas estrangeiras ou, certificado da condição de microempreendedor individual extraído do site da Receita Federal.

b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado(CICAD para o Paraná ou documento equivalente para os demais estados) ou do Município(alvará de licença e localização), relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades.

c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

c.1) Do conteúdo do CNPJ das licitantes é que será avaliado se a atividade ali descrita(CNAE) é compatível com o objeto ora licitado.

7.1.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

a) Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeitos de negativa com a Fazenda Municipal da sede da licitante, dentro do prazo de validade;

b) Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeitos de negativa com a Fazenda Estadual da sede da licitante, dentro do prazo de validade;

c) Certidão conjunta Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, dentro do prazo de validade;

d) Certificado de Regularidade junto ao FGTS, dentro do prazo de validade;

e) Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas, dentro do prazo de validade.



7.1.3. Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão negativa de pedidos de falências, concordatas ou processo de recuperação judicial, passada pelo distribuidor judicial, da sede da empresa, expedida com antecedência máxima de 90 (noventa) dias da data de apresentação.

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, 2022, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 meses da data de apresentação e devidamente assinado pelo responsável legal da empresa e por contador habilitado.

b.1) As demonstrações exigidas nesta letra estão dispensadas para micro empreendedor individual - MEI bem como para empresas constituídas a partir de 01 de janeiro de 2023.

b.2) Serão aceitos, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis da empresa Licitante, assim apresentados: publicados no Diário Oficial, ou, publicados em jornal de grande circulação, ou registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante, ou, por cópia do Livro Diário autenticado pela Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante, acompanhada obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Fechamento.

7.1.4 Demais documentos de habilitação e comprovações

a) **declaração** (em papel timbrado da empresa) elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração. (conforme anexo II);

b) **declaração** (em papel timbrado da empresa) expressa firmada por seu representante legal do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º, da Constituição Federal (conforme anexo III);

c) **declaração** (em papel timbrado da empresa) de que não possui em seu quadro de pessoal, servidores públicos exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão (inciso III, do artigo 9º da Lei 8.666/93) (conforme anexo V);

d) **declaração** (em papel timbrado da empresa) de que a Licitante visitou o local do terreno, recebeu todos os documentos constantes do Edital, e tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação, inteirando-se das condições técnicas e da complexidade dos mesmos (conforme anexo IV);

e) **declaração (opcional)** emitida pelo contador da proponente atestando seu real enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, devidamente assinada pelo contador da proponente. A não apresentação desta declaração impedirá o proponente de invocar os benefícios da Lei Complementar 123/06 dispensados a este tipo de empresa (conforme anexo VI).

7.1.5 Orientações adicionais quanto a fase de habilitação:

7.1.5.1- Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada previamente por cartório competente ou por servidor na qualidade de membro da Comissão de Licitação ou publicação em órgão de imprensa oficial. Esta condição poderá ser dispensada para aqueles documentos que podem ter sua autenticidade verificada nos arquivos da municipalidade ou via on-line no respectivo site da internet ou para aqueles cuja emissão seja da própria municipalidade. Observação: não se trata aqui de dispensar e/ou isentar a apresentação dos documentos mas tão somente de verificar sua autenticidade.

7.1.5.2 – Os interessados em fazer cadastro junto a municipalidade ou que deseje apresentar cópias de documentos para este certame deverá trazê-las consigo vez que a Administração não as produzirá.

7.1.5.3 – Em hipótese alguma será admitido a apresentação posterior de documento, o qual deveria estar acondicionado em seu respectivo envelope por ocasião do protocolo. Nenhum



documento apresentado poderá ser retificado ou modificado de qualquer forma pelos licitantes após o protocolo dos envelopes.

7.1.5.4 - Não será habilitada a proponente que deixar de apresentar qualquer documento exigido ou que o apresente em flagrante desacordo com este edital.

7.1.5.5 - Qualquer documento, que estiver incompleto, com rasura e/ou com borrão e/ou com prazo de validade vencido, será considerado nulo e sem validade para esta licitação.

7.1.5.6 - Não serão aceitos protocolos em substituição a documentos.

7.1.5.7 - Se todas as proponentes forem inabilitadas, o Presidente da Comissão de Licitações, a seu exclusivo critério, poderá fixar as proponentes o prazo de até cinco dias úteis para apresentação de nova documentação.

7.1.5.8 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante, A Comissão de Licitações poderá verificar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a. Consulta ao portal do TCE/PR quanto aos impedidos de licitar (<http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidosWeb.aspx>);

b. CNAE (www.cnae.ibge.gov.br);

c. SICAF;

d. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas –CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

e. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

7.1.5.8.1 - A consulta aos cadastros poderá ser realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.1.5.8.2 - Constatada a existência de sanção, a Comissão de Licitações reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

7.1.5.9 - Os licitantes enquadrados na condição conhecida como “MEPs”, poderão invocar os benefícios que entenderem oportunos quanto a fase de habilitação e as consequências dela decorrentes, como já lhes garante a legislação aplicável em especial a Lei Complementar Federal 123, sendo oportuno citar aqui, para que não se alegue desconhecimento/ignorância um dos quesitos aplicáveis que esta Norma apresenta no bojo de seu art. 43:

“Art. 43. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

§ 2º A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.” (grifo nosso)



7.2 - ENVELOPE 2 - PROPOSTA COMERCIAL - deverá ser apresentada (com os dados mínimos contidos no Modelo – VII) em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas em papel timbrado ou com carimbo de identificação da licitante, e, conter:

- a) O Prazo de validade da proposta que será de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data da abertura do processo licitatório, conforme previsto no item 2.1 do presente Edital;
- b) O conteúdo descrito no modelo de proposta é imutável para menos dos mínimos ali já estabelecidos.

8 DAS NORMAS GERAIS DE JULGAMENTO

8.1 - O presente processo licitatório será julgado pela Comissão Permanente de Licitação do Município, que será subsidiada tecnicamente pelo setor de indústria e comércio da municipalidade da forma como adiante estabelecido:

- 1.ª Fase - Julgamento da Habilitação das licitantes
- 2.ª Fase - Julgamento da Proposta Comercial das licitantes habilitadas

8.2 - Julgamento da Habilitação:

8.2.1 - No local, dia e hora definidos no subitem 2.1, a Comissão de Licitação, após recebidos os ENVELOPES 1 e 2 do responsável do setor municipal de protocolo geral, procederá a abertura do ENVELOPE 1, contendo os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, os quais serão rubricados e analisados pelos representantes das licitantes presentes e, também, rubricados pelos membros da Comissão de Licitações e Contratos, lavrando-se a respectiva Ata.

8.2.2 - A Sessão de que trata o subitem 7.2.1, não poderá ser encerrada ou suspensa, sem que a Comissão de Licitação proceda a análise dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, salvo para a realização de diligências que a Comissão de Licitação entender necessário.

8.2.3 - Todos os documentos apresentados deverão ser rubricados pelos membros da Comissão de Licitações e Contratos, pelos representantes legais das licitantes e autoridades presentes.

8.2.4 - A Comissão de Licitações e Contratos examinará os documentos do INVÓLUCRO I e lavrará a correspondente Ata, após o que comunicará as licitantes, através de documento formal ou em sessão pública, o resultado da habilitação, sendo que a ata da sessão será considerada como documento de intimação.

8.2.5 - Caso o resultado de habilitação das licitantes seja proferido na sessão de que trata o subitem 8.2.1 e, em havendo plena e expressa concordância por todas as licitantes da decisão proferida, inclusive com desistência de interposição de recursos, os quais, serão registrados em ata, e a licitação terá prosseguimento com a abertura do INVÓLUCRO II, cujos documentos serão rubricados pelos representantes das Licitantes presentes e, também, pelos membros da Comissão de Licitação e Contratos, sendo a sessão continuada para análise das PROPOSTAS COMERCIAIS.

8.2.6 - Na hipótese de interposição de recursos tanto na fase de habilitação como das propostas comerciais, a Comissão de Licitação e Contratos obedecerá aos dispostos no artigo 109, com suas alíneas, incisos e parágrafos, da Lei 8.666/93.

8.2.7 - O recurso interposto fora do prazo não será conhecido.

8.2.8 - Será inabilitada a licitante que deixar de apresentar qualquer dos documentos relacionados no item 7 do presente Edital ou os apresentar em desacordo com as exigências do presente Edital.

8.2.9 - A Comissão Permanente de Licitações e Contratos manterá em seu poder as propostas das licitantes inabilitadas, com os envelopes devidamente fechados e rubricados, até 30 (trinta) dias após o término do procedimento licitatório, findo o qual, serão os mesmos devolvidos aos licitantes, sendo que a devolução poderá ser feita diretamente no Departamento de Licitação ou via postal.



8.2.10 - Serão considerados como erros formais aqueles que não afetem a essência da proposta, tais como: inversão de números, erro de digitação, erros de soma e erros de multiplicação;

8.2.11 - Não serão permitidos quaisquer adendos, acréscimos ou retificações aos documentos e propostas depois de apresentados, todavia, diante de erros formais a Comissão Permanente de Licitações e Contratos poderá determinar ou proceder de ofício a correção.

8.3 - Julgamento da PROPOSTA COMERCIAL:

8.3.1 - As propostas consideradas habilitadas serão classificadas de acordo com a expectativa de número de empregos oferecidos e investimentos, considerando-se vencedor o proponente que apresentar a **PROPOSTA MAIS VANTAJOSA**, dentre aquelas expectativas que satisfaçam todas as exigências e especificações deste edital.

8.3.1.1. Para efeitos de avaliação das propostas, entende-se por **PROPOSTA MAIS VANTAJOSA** aquela que oferecer, de forma consistente, a maior expectativa de geração de empregos aliado a maior dimensão física do empreendimento, **garantindo, no mínimo, a geração de 03 (três) empregos formais e uma dimensão de edificação mínima de 200m²**, considerando a somatória dos seguintes critérios objetivos de classificação:

a. **Quesito EMPREGO - pontuação adicional para a quantidade de empregos gerados a partir do mínimo de 03(três), na seguinte disposição: 04 a 05 empregos=30 pontos; 06 a 10 empregos=50 pontos; 11 a 20 empregos= 80 pontos; mais de 20 empregos= 100 pontos.**

b. **Quesito DIMENSÃO FÍSICA DO EMPREEDIMENTO – pontuação adicional para dimensão de edificação a partir do mínimo de 200m²(duzentos metros quadrados), na seguinte disposição: construção de barracão cuja área fechada esteja entre 201 a 400 m² = 50 pontos; construção de barracão cuja área fechada esteja entre 401 a 1000 m² = 80 pontos; Construção de barracão cuja área fechada acima de 1001 m² = 100 pontos.**

OBS 1: Havendo empate a definição do vencedor se dará levando em consideração a maior geração de empregos formais e dimensão física do empreendimento e, persistindo o empate, por sorteio público na forma da lei de licitações.

OBS 2: Caso a concessionária não cumpra nos prazos previstos os encargos propostos a concessão será rescindida, salvo fato devidamente justificado pela concessionária, bem como aceito e autorizado pela CONCEDENTE.

8.3.1.2. Os licitantes ficam, desde já, cientes de que deverão aperfeiçoar um investimento geral mínimo de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) no empreendimento que irá desenvolver na área cedida, sob pena de desfazimento da concessão.

8.3.2 - Considerando que a empresa a ser contratada tem qualificação e comprovada capacidade para a concessão do objeto do presente certame licitatório, de modo algum será aceita qualquer alegação, durante a execução do contrato, quanto a possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções contidas no conjunto de elementos que fazem parte do presente Edital, como pretexto para pretender a cobrança de outros materiais/equipamentos e/ou serviços.

8.3.3 - Em nenhuma hipótese haverá algum pagamento por parte da municipalidade.

8.3.4 - Serão desclassificadas as propostas que:

- não atenderem às exigências mínimas do Edital;

- contiverem ofertas de vantagens com base nas outras propostas apresentadas;

8.4 - O julgamento levará em consideração o maior conjunto de vantagens apresentado e a classificação das licitantes será feita pela ordem decrescente, ou seja, em primeiro lugar a que melhores condições/pontuações ofertar e na sequência as demais na exata medida da diminuição destas condições, prevalecendo, no caso de empate, o critério de sorteio.



8.4.1 - Após julgamento das propostas, com a classificação final por ordem decrescente, a Comissão Permanente de Licitação fará constar em ata a intimação dos licitantes sobre os resultados obtidos no procedimento.

8.4.2 - Caso algum dos licitantes não renunciar ao direito de interposição de recursos, proceder-se-á de conformidade com o estabelecido no item 8.2.6 contando-se como termo inicial do prazo recursal a data da lavratura da respectiva ata.

8.4.3 - Observado o disposto no subitem 8.4.2, o resultado do presente Processo Licitatório será submetido à Autoridade competente para homologação ou não.

8.4.4 - Homologado o procedimento licitatório, será convidada a proponente vencedora para que venha assinar o Contrato, nos termos da minuta constante do edital, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

8.4.5 - O não comparecimento da empresa vencedora para a assinatura do contrato no prazo e condições estabelecidas, é facultado à CONTRATANTE convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, ou revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no edital.

8.4.6 - A MUNICIPALIDADE poderá desclassificar a licitante vencedora, por despacho fundamentado, sem direito à indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se tiver informação fundada de qualquer fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que desabone a qualificação técnica, habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, ou regularidade fiscal daquela licitante.

8.4.7 - Na hipótese da ocorrência do previsto no item anterior a MUNICIPALIDADE declarará a licitante classificada em segundo lugar como vencedora da presente licitação, observando as condições constantes de sua proposta.

9 DA HOMOLOGAÇÃO

9.1 - A Comissão de Licitações, após análise e julgamento das propostas, emitirá parecer final que será submetido à homologação e adjudicação, pela chefia do Executivo Municipal, da proponente vencedora, e em seguida comunicará o resultado às participantes do processo licitatório.

9.2 - Homologado o procedimento licitatório, expedir-se-á expediente de serviço à proponente vencedora, convocando-a para que venha fazer a assinatura do contrato em até 10 (dez) dias úteis.

10 DA CONTRATAÇÃO

10.1 - É facultado a CONTRATANTE, quando a empresa convocada não comparecer para assinar o termo de contrato no prazo e nas condições estabelecidas, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços, ou mesmo cancelar o presente processo licitatório.

10.2 - A CONTRATANTE poderá desclassificar a licitante vencedora, por despacho fundamentado, sem direito à indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se tiver informação fundada de qualquer fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que desabone a qualificação técnica, habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, ou regularidade fiscal da licitante.

10.2.1 - Na hipótese da ocorrência da desclassificação como constante no Item 10.2 a CONTRATANTE declarará o segundo colocado como sendo o vencedor da licitação, observado o conteúdo de sua proposta.

11 DO CUSTO DA PERMISSÃO E DEMAIS OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA CONCESSÃO



11.1 – O permissionário deverá arcar com os custos pertinentes aos encargos propostos consoante disposto no item 8.3.1.1 durante o período de 10 (dez) anos contados da contratação.

11.1.1 – Em que pese não haverem pagamentos a serem efetivados em espécie, o uso do terreno importará nos encargos já apontados acima que reverterão para a sociedade local através de geração de divisas no quadro urbano bem como disponibilização de empregos e geração de renda além de contribuir com atividades indiretas vinculadas ao objeto do proponente.

11.2 – O permissionário deverá providenciar, às suas custas e em seu nome, as ligações de água, luz, telefone e internet, bem como fica obrigado a pagar as faturas decorrentes do consumo mensal de cada serviço posto à sua disposição ou decorrente de sua atividade.

12 DA SUBCONTRATAÇÃO

Em nenhuma hipótese será aceita a subcontratação do objeto.

13 DA GARANTIA CONTRATUAL

Fica dispensada a prestação de garantia a título de caução.

14 DO PRAZO CONTRATUAL

O prazo máximo para concessão é de 10 (dez) anos, contados da contratação, renovável por igual período, a critério, oportunidade e conveniência do executivo municipal.

15 DO REGIME DE CONTRATAÇÃO

O regime de contrato a ser firmado com a empresa licitante vencedora do presente certame será a contratação de concessão de direito real de uso de bem público com encargos.

16 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

16.1 - DA CONTRATADA

16.1.1 - Além dos encargos de ordem legal e os demais assumidos em outras cláusulas e documentos integrantes do Contrato, obriga-se, ainda, a CONTRATADA a:

a. Proceder, no final da contratação, à limpeza de todas as áreas utilizadas, devendo remover todo o material, equipamento e outros seus pertences, incluindo sobras e lixo, sendo esses serviços as custas da contratada;

b. Fornecer a qualquer momento, todas as informações necessárias para o perfeito aperfeiçoamento contratual;

c. Responsabilizar-se durante a execução do contrato por qualquer dano que, direta ou indiretamente, ocasionar à bens da Municipalidade ou sob sua responsabilidade, ou ainda de terceiros, na área do bem imóvel ou fora dele, sendo que se constatado dano a bens da Municipalidade ou sob a sua responsabilidade ou, a bens de terceiros, a CONTRATADA, de pronto, os reparará ou, se assim não proceder, o CONTRATANTE lançará mão das prerrogativas legais assim como das previstas em contrato, sem prejuízos de ações judiciais para tal;

d. Manter as condições de higiene e limpeza do pátio do imóvel e seus arredores, podendo inclusive instalar cercas e grades de proteção, as suas custas, nos limites descritos para o Lote conforme croqui anexo a este processo. Deverá ainda conservar o terreno de modo a evitar o acúmulo de águas pluviais, alagamentos ou erosão, dentro dos limites do lote.

16.1.2 - Durante a vigência do contrato de concessão o concessionário deverá apresentar os seguintes documentos, na sua respectiva regularidade, encaminhados ao gabinete mediante protocolo:

a. A cada seis meses, durante todo o período de contratação, documentos comprobatórios da geração e manutenção dos empregos declarados nos documentos constantes de sua proposta/contrato;



b. Até o fim do sexto mês de contratação documentação, em nome da contratada, que comprovem efetivamente o valor de investimento e a área edificada, descritos em sua proposta/contrato.

16.2 – Todas as legislações pertinentes a sua atividade mercantil deverão ser observadas, ainda que a municipalidade não atue na fiscalização das mesmas.

16.3 Serão de responsabilidade da CONTRATADA, a manutenção do imóvel.

16.4 Da mesma forma, a CONTRATADA deverá assumir inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações previdenciárias, sociais e de proteção aos seus empregados, se houverem, bem como, pelos encargos fiscais e comerciais, mediante a concessão.

16.3 – DA CONTRATANTE

16.3.1 – Proporcionar todas as condições para que a contratada usufrua do bem imóvel em respeito as condições previamente estabelecidas aliado ao que dispõem as leis municipais de concessão de bens públicos.

16.3.2 - O Município executará a infraestrutura da Área Industrial que compreenderá a abertura de ruas e a pavimentação destas, instalação das redes de energia elétrica de alta e baixa tensão e demais obras e serviços necessários ao seu adequado funcionamento, obedecidas às disponibilidades orçamentárias, financeiras bem como as prioridades administrativas;

16.3.3 - Terão execução prioritária as obras e infraestrutura básica exigíveis nos termos da legislação federal, estadual e municipal aplicáveis, podendo, ainda, o Município executar serviços de terraplenagem necessários à instalação da indústria e benfeitorias, desde que haja previsão orçamentária e financeira para tal.

17 DAS MODIFICAÇÕES ESTRUTURAIS

17.1 - A municipalidade não se responsabiliza por quaisquer instalações, modificações, reformas ou adaptações nas estruturas por ventura existentes para que estas venham melhor se adaptar a atividade da proponente, devendo esta fazer o que se mostrar necessário, as suas custas, exceto aquelas consideradas como incentivos a atividade e à Área Industrial 01 consoante Leis Municipais.

17.2 – Quaisquer mudanças estruturais ou adaptações no imóvel ou em sua topografia somente poderão ser feitas após anuência da municipalidade e expressa autorização desta.

17.3 - O licitante que tiver para si adjudicado o objeto desta licitação deverá se responsabilizar por toda a documentação, taxas, e liberações pertinente a edificação que irá aperfeiçoar no imóvel, perante os setores competentes da municipalidade que irá ou não autorizar a edificação consoante legislação aplicável à matéria bem como em respeito ao disposto no §4º do atr. 1º da Lei 735/15.

18 DO SEGURO DO IMÓVEL

18.1 – Fica a critério da proponente e futura contratada a pactuação de seguros de toda ordem para garantir a integridade de seu empreendimento a fim de que proteja a si e aos demais integrantes da Área Industrial 01 de quaisquer sinistros.

19 DAS PENALIDADES

19.1 - Pela não assinatura do contrato, por parte da empresa vencedora e adjudicatória dos serviços, fica convencionada a aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do faturamento da proponente totalizado nos seis últimos meses de funcionamento, bem como a suspensão pelo período de dois anos, nos termos do artigo 87, III, da Lei 8.666/93.

19.2 - Expirado o prazo convencionado para o término da concessão sem que a CONTRATADA desocupe o imóvel, nem apresente justificativa plausível para tal, será aplicada a penalidade de multa, correspondente 0,1% (zero ponto um por cento) sobre o valor do faturamento da proponente totalizado nos seis últimos meses de funcionamento, por dia de atraso.



19.3 - Sem prejuízo das penalidades previstas no presente edital, a Comissão de Licitações e Contratos poderá inabilitar a licitante ou desclassificar a proposta sem que isto faça gerar direitos indenizatórios ou de reembolso, caso tome conhecimento de fato ou circunstância que desabone a idoneidade comercial ou afete a capacidade financeira, técnica, jurídica ou de produção da Licitante.

19.4 - Além das multas, outras penalidades administrativas poderão ser aplicadas, nos termos do artigo 87 da Lei n.º 8.666/93.

20 DA RESTITUIÇÃO DO IMÓVEL A MUNICIPALIDADE

20.1 - O terreno deverá ser restituído a municipalidade ao final do prazo previsto no contrato de concessão.

20.2 - O terreno deverá estar livre de quaisquer equipamentos, materiais ou resíduos que pertençam à contratada, ao final do prazo contratual.

21 DA PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS

21.1 Deverá a proponente contratada providenciar, as suas custas, a regular instalação e manutenção do sistema de prevenção de incêndios de forma a se adequar ao exigido pelas normas bem como condizente a ser aprovado por vistoria do Corpo de Bombeiros.

22 DA RESCISÃO CONTRATUAL

22.1 - O contrato poderá ser rescindido no caso de sua inexecução total ou parcial, na incidência dos motivos previstos no artigo 79 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações, sem prejuízo de descumprimento de outras disposições editalícias e contratuais bem como o que dispõem o art. 6º da Lei Municipal 735/2015.

22.2 O contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da CONCEDENTE independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que caiba a CONCESSIONÁRIA outros direitos, especialmente o de indenização, na ocorrência de qualquer das hipóteses dos incisos I a XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, notadamente quando se verificar algum dos motivos abaixo relacionados;

22.3 Razões de relevante interesse público a juízo da CONCEDENTE.

23 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1 - Lavrar-se-ão atas das reuniões públicas da Comissão de Licitações e Contratos que, após lidas e aprovadas, serão assinadas pelos seus membros, pelos representantes das Licitantes presentes e demais presentes.

23.1.1 - Os demais atos serão registrados na instrução do processo de licitação.

23.2 - A licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus anexos, uma vez que a apresentação da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO e da PROPOSTA COMERCIAL subentende a aceitação incondicional de seus termos independentes de transcrição, bem como o conhecimento integral do objeto em licitação, não sendo aceitas alegações de desconhecimento de qualquer pormenor constante do Edital.

23.2.1 - No caso de eventual divergência entre o Edital de Licitação e seus anexos, prevalecerão às disposições do primeiro.

23.3 - O Município reserva o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte, por vícios ou ilegalidade, bem como prorrogar o prazo para recebimento ou abertura da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ou da PROPOSTA COMERCIAL.

23.4 - A Comissão de Licitações e Contratos poderá relevar erros formais em quaisquer documentos apresentados, desde que tais erros não alterem o conteúdo dos mesmos.

23.5 - A licitante adjudicatária terá o prazo de até 10 (dez) dias corridos para providenciar a documentação, após formalmente convidada, para assinar o contrato.



23.6 - A CONTRATANTE poderá, de ofício ou por provocação de terceiros, revogar ou anular, no todo ou em parte, a presente licitação, por razões de conveniência, oportunidade administrativa ou ilegalidade, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

23.7 - A Comissão de Licitação poderá, em qualquer fase da licitação, promover diligências destinadas a esclarecer, ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da documentação ou proposta;

23.7.1 - Poderá ser desclassificada a licitante que deixar de prestar informações complementares, quando solicitadas.

23.7.2 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pelas despesas geradas pela aquisição, cópias de peças ou de material, elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente edital.

23.8 - A Comissão de Licitação, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e na proposta apresentada, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação.

23.9 - Independente de declaração expressa, a simples participação nesta licitação implica na aceitação plena das condições estipuladas neste Edital, decaindo o direito de impugnar os seus termos a licitante que, tendo-o aceito sem objeção, vier, após o julgamento, apresentar falhas e irregularidades que o possam viciar.

23.10 - Quaisquer cidadãos ou proponentes são partes legítimas para impugnar este edital por irregularidade devidamente comprovada, devendo protocolar o pedido de impugnação até 05(cinco) dias úteis da data fixada para a abertura do certame.

23.11 - Qualquer pedido de impugnação feito a este edital, intempestivamente, não será conhecido, da mesma forma que aqueles enviados por fax, e-mail ou outra forma que não o protocolo do original nesta municipalidade também não serão conhecidos.

23.12 - Esclarecimentos e informações relativos a presente licitação somente serão prestados quando solicitados formalmente ao Presidente da Comissão de Licitação, à Av Araucária, nº 3120, CEP 85557000, decorrendo daí os trâmites legais. Informações prestadas por elementos entidade autora do certame somente terão algum fundamento para os proponentes se houverem sido feitos de forma oficial e por escrito, exclusivamente nas pessoas do Presidente da comissão de Licitações, do Diretor Administrativo da municipalidade ou do Exmo Sr Prefeito Municipal.

23.13 - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com o contrato vinculado a este certame, os licitantes devem se subordinar ao foro da Justiça Comum, da Comarca de Palmas - PR, com exclusão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

Coronel Domingos Soares-PR, em 01/08/2023.

JANDIR BANDIERA
Prefeito Municipal

FERNANDA ROBERTA DA ROSA
Presidente da Comissão



**ANEXO II
CONCORRÊNCIA 4/2023**

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos sob as penas lei, e para fins de participação no Processo Licitatório **CONCORRÊNCIA 4/2023**, junto a Prefeitura Municipal de Cel. Dom. Soares-PR, que a Empresa inscrita no CNPJ sob o n.º, até a presente data não recebeu, **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE**, para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais, ou Municipal e do Distrito Federal, não havendo assim **FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO** da mesma, ciente da obrigatoriedade de comunicar ocorrências posteriores.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data.

Assinatura

Nome do Representante Legal

Obs: Esta Declaração deverá ser elaborada em papel timbrado da licitante e assinada pelo representante legal.



ANEXO III
CONCORRÊNCIA 4/2023
DECLARAÇÃO DO MENOR

Declaramos, sob as penalidades cabíveis, que não mantemos em nosso quadro de pessoal menor de 18 anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não possuindo ainda, qualquer trabalho de menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme determina a Constituição Federal no seu artigo 7º, Inciso XXXIII. Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data.

Assinatura

Nome do Representante Legal

Obs: Esta Declaração deverá ser elaborada em papel timbrado da licitante e assinada pelo representante legal.



**ANEXO IV
CONCORRÊNCIA 4/2023**

DECLARAÇÃO QUANTO ÀS INFORMAÇÕES E VISITA DO IMÓVEL

Declaramos sob as penas lei, e para fins de participação no Processo Licitatório na **CONCORRÊNCIA 4/2023**, junto a Prefeitura de Cel. Dom. Soares-PR, que visitamos o imóvel objeto da presente concorrência de concessão de uso real de bem público, e tomamos conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação, inteirando-se das condições técnicas e da complexidade dos mesmos.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data.

Assinatura

Nome do Representante Legal

Obs: Esta Declaração deverá ser elaborada em papel timbrado da licitante e assinada pelo representante legal.



ANEXO V
CONCORRÊNCIA 4/2023
DECLARAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO

Declaramos sob as penas lei, e para fins de participação no Processo Licitatório **CONCORRÊNCIA 4/2023**, junto a Prefeitura de Cel. Dom. Soares-PR, que a Empresa inscrita no CNPJ sob o n.º, **NÃO POSSUI EM SEU QUADRO DE PESSOAL, SERVIDORES PÚBLICOS** exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão (inciso III, do artigo 9º da lei 8.666/93).

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data.

Assinatura

Nome do Representante Legal

Obs: Esta Declaração deverá ser elaborada em papel timbrado da licitante e assinada pelo representante legal.



ANEXO VI
CONCORRÊNCIA 4/2023
MODELO DE DECLARAÇÃO PARA ME ou EPP

Declaramos, sob as penas da lei e demais sanções previstas em edital, que a empresa _____, de CNPJ nº _____, estabelecida em _____, trata-se de microempresa ou empresa de pequeno porte, gozando, portanto, das prerrogativas previstas na Lei Complementar 123/2006, cujos termos conhecemos na íntegra.

Por ser expressão da verdade, datamos e assinamos a presente declaração.

Local e data.

Ass. do contador da proponente

Nome legível, nº de CPF e CRC

Obs: Esta Declaração deverá conter os dados do contador como endereço, telefones, e-mail(se tiver), cidade e CEP.



ANEXO VII
CONCORRÊNCIA 4/2023
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

INVESTIMENTO GERAL MÍNIMO: R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais)

EMPREGOS INICIAIS MÍNIMOS: 03 (três)

DIMENSÃO FÍSICA INICIAL MÍNIMO: 200 M² (Duzentos metros quadrados)

EMPREGOS ADICIONAIS PARA PONTUAÇÃO: **XX** EMPREGOS

DIMENSÃO FÍSICA ADICIONAL PARA PONTUAÇÃO: **XX**m²

Para orientação de V.Sas., informamos que o prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias e nos comprometemos em assinar o contrato, caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, no prazo que for estabelecido na respectiva convocação.

O representante legal desta firma para este fim, será o(a) Sr(a)portador(a) da Cédula de Identidade - RG nº.....SSP/.....e CPF/MF nº..... residente e domiciliado(a) àna cidade.....

Declaramo-nos de pleno acordo com as condições estabelecidas no edital da licitação, garantindo os encargos mínimos fixados para o empreendimento, como investimento, empregos e dimensões de edificação.

Obs.: A licitante além destes termos, poderá apresentar outras informações que a administração municipal julgue necessárias.

DESCRIÇÃO BÁSICA DO EMPREENDIMENTO

Para complementação de informações de nossa proposta esclarecemos que o empreendimento que será instalado no imóvel, ora licitado, corresponderá a:

_____.(descrever todas as características do empreendimento que será implantado no imóvel)

Local e data.
Assinatura
Nome do Representante Legal

Obs: Esta proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da licitante e assinada pelo representante legal.



ANEXO VIII
MINUTA DE CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE BEM PÚBLICO COM ENCARGOS

O MUNICÍPIOS DE CORONEL DOMINGOS SOARES, sito na Av Araucária, nº 3120, CNPJ 01614415/0001-18, Cidade de Cel. Domingos Soares, Estado do Paraná, neste ato representada pela Prefeita _____, brasileira, casada, de CPF nº. _____ em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliada nesta cidade a seguir denominada PODER CONCEDENTE, e a Empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, sita na Rua _____, nº _____, Cidade _____, Estado _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, neste ato representada por seu(ua) diretor(a), Senhor(a) _____ (ou representante legal), a seguir denominada CONCESSIONÁRIA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislação pertinente, assim como pelas condições do Edital de Concorrência 4/2023, pelos termos da proposta da CONTRATADA datada de 11/09/2023 e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente termo tem por objeto: Concessão de direito real de uso de um terreno situado na área industrial 01, sendo o lote 05 da quadra 02 medindo 1.007,26m² (mil e sete metros e vinte e seis centímetros quadrados), localizado no prolongamento da Avenida Araucária, S/N, constante da matrícula nº 13.986, conforme mapa em anexo, pelo prazo de 10 (dez) anos, visando fomentar a geração de empregos no Município de Coronel Domingos Soares e o incremento da arrecadação fiscal e o aperfeiçoamento de novos investimentos, de acordo com o Edital e seus Anexos que são elementos instrutores e indissociáveis do presente Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RETRIBUIÇÃO AO ERÁRIO

2.1 – De acordo com o estabelecido no edital e seus anexos a contratada deverá com os encargos propostos em forma de empregos formais e dimensões de edificação, restando assim pactuado:

- | |
|---|
| <p>a. XX(XXX) empregos formais, a serem gerados até o sexto mês de contratação;</p> <p>b. XXm² (XXX metros quadrados) de dimensão física a ser efetivado e comprovado até o fim do sexto mês de contratação.</p> |
|---|

2.2 – A Concessionária irá garantir a integralização de investimento monetário no imóvel da ordem mínima de R\$ 200.000,00(duzentos mil reais), até o sexto mês desta contratação.

2.2 – Não serão cobrados quaisquer outros custos a título de retribuição pela concessão, excetuadas os encargos e demais condições editalícias e contratuais.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE PAGAMENTO

Conforme descrito no item 2.3 não havendo custos pecuniários a serem transferidos para os cofres da municipalidade para a concessão também não há o que se mencionar em termos de forma pagamento ou comprometimento do orçamento da municipalidade.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS

O prazo para a concessão do bem imóvel é de 10 anos contados da publicação do extrato contratual, podendo ter seu prazo prorrogado, ao final, condicionado ao poder discricionário da administração pública, consoante Lei 735/2015.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

5.1 - O Município designa desde já na pessoa do diretor do Departamento de Administração as atribuições pela fiscalização da boa utilização do bem imóvel, representando em seus atos o PODER CONCEDENTE e terá as atribuições delegadas em ato específico



5.2 – O Executivo Municipal poderá, ainda, nomear comissão para acompanhamento e fiscalização para o fiel cumprimento das condições pactuadas bem como para a entrega do bem a CONCESSIONÁRIA e seu recebimento a título de devolução ao final do contrato.

5.3 - Ao PODER CONCEDENTE, é facultado o direito de fiscalizar e vistoriar o imóvel, tanto interna como externamente e por quantas vezes julgar necessário, através de seus agentes fiscalizadores devidamente instituídos para tal, desde que avise a CONCESSIONÁRIA com uma antecedência mínima de 03 dias úteis de sua visita ou fiscalização.

CLÁUSULA SEXTA – DAS MODIFICAÇÕES ESTRUTURAIS DO IMÓVEL

6.1 – O PODER CONCEDENTE não se responsabiliza por quaisquer instalações, modificações, reformas ou adaptações nas estruturas por ventura existentes para que estas venham melhor se adaptar a atividade da CONCESSIONÁRIA, devendo esta fazer o que se mostrar necessário, as suas custas, exceto quando a Lei Municipal permitir a concessão de benefícios desta ordem.

6.2 – Quaisquer mudanças estruturais ou adaptações no imóvel, ainda que topográficas, somente poderão ser feitas após anuência da municipalidade e expressa autorização desta.

6.3 – A Concessionária deverá se responsabilizar por toda a documentação, taxas, e liberações pertinente a edificação que irá aperfeiçoar no imóvel, perante os setores competentes da municipalidade que irá ou não autorizar a edificação consoante legislação aplicável à matéria bem como em respeito ao disposto no §4º do art. 1º da Lei 735/15.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DISSOLUÇÃO ANTECIPADA DA CONCESSÃO

A Concessão pode ser dissolvida antes de seu prazo final, desde que de comum acordo entre as partes contratantes, bastando, para tanto, a comunicação via expressa de uma das partes com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento do informe.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 - Além dos encargos de ordem legal e os demais assumidos em outras cláusulas e documentos integrantes do Contrato, obriga-se, ainda, a CONTRATADA a:

a. Proceder, no final da concessão, à limpeza de todas as áreas utilizadas, devendo remover todo o material, equipamento e outros pertences seus, incluindo sobras e lixo, sendo esses serviços as custas da contratada;

b. Fornecer a qualquer momento, todas as informações necessárias para o perfeito aperfeiçoamento contratual;

c. Responsabilizar-se durante a execução do contrato por qualquer dano que, direta ou indiretamente, ocasionar à bens da Municipalidade ou sob sua responsabilidade, ou ainda de terceiros, na área do imóvel ou fora dele;

c.1 Constatado dano a bens da Municipalidade ou sob a sua responsabilidade ou, a bens de terceiros, a CONTRATADA, de pronto, os reparará ou, se assim não proceder, o CONTRATANTE lançará mão das prerrogativas legais assim como das previstas em contrato, sem prejuízos de ações judiciais para tal.

d. Manter as condições de higiene e limpeza do pátio do imóvel e seus arredores, podendo, se assim desejar, inclusive instalar cercas e grades de proteção, as suas custas, nos limites descritos para o imóvel. Deverá ainda conservar o terreno de modo a evitar o acúmulo de águas pluviais, alagamentos ou erosão, dentro dos limites do imóvel.

8.2 - Durante a vigência deste contrato de concessão a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar os seguintes documentos na sua respectiva regularidade, encaminhados ao gabinete do prefeito, mediante protocolo:

a. A cada seis meses, durante todo o período de contratação, documentos comprobatórios da geração e manutenção dos empregos declarados nos documentos constantes deste contrato;

b. Até o fim do sexto mês de contratação documentação, em nome da contratada, que comprovem efetivamente o valor de investimento descrito em sua proposta e a área edificada.



8.3 – Todas as legislações pertinentes a sua atividade mercantil deverão ser observadas, ainda que a municipalidade não atue na fiscalização das mesmas.

8.4 – É de responsabilidade da Concessionária a contratação de seguros de toda ordem a fim de garantir a necessária proteção a sua atividade bem como aos demais ocupantes da Área Industrial 01.

8.5 - Deverá a CONCESSIONÁRIA providenciar, as suas custas, a regular manutenção do sistema de prevenção de incêndios de forma a se adequar ao exigido pelas normas bem como condizente a ser aprovado por vistoria do Corpo de Bombeiros.

8.6 - Serão de responsabilidade da CONTRATADA, a manutenção do imóvel.

8.7 - Da mesma forma, a CONTRATADA deverá assumir inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações previdenciárias, sociais e de proteção aos seus empregados, se houverem, bem como, pelos encargos fiscais e comerciais, mediante a concessão.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 Proporcionar todas as condições para que a contratada usufrua do bem imóvel em respeito as condições previamente estabelecidas.

9.2 O Município executará a infraestrutura da Área Industrial que compreenderá a abertura de ruas e a pavimentação destas, instalação das redes de energia elétrica de alta e baixa tensão e demais obras e serviços necessários ao seu adequado funcionamento, obedecidas às disponibilidades orçamentárias, financeiras bem como as prioridades administrativas;

9.3 Terão execução prioritária as obras e infraestrutura básica exigíveis nos termos da legislação federal, estadual e municipal aplicáveis, podendo, ainda, o Município executar serviços de terraplenagem necessários à instalação da indústria e benfeitorias, desde que haja previsão orçamentária e financeira para tal.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 - Expirado o prazo convencionado para o término da concessão sem que a CONTRATADA desocupe o imóvel, nem apresente justificativa plausível para tal, será aplicada a penalidade de multa, correspondente 0,1% (zero ponto um por cento) sobre o valor do faturamento da proponente totalizado nos seis últimos meses de funcionamento, por dia de mora, facultado ao PODER CONCEDENTE manejar as ações judiciais competentes para a desocupação e restituição do imóvel a municipalidade.

10.2 - Além do aqui tipificado, outras penalidades administrativas poderão ser aplicadas, nos termos do artigo 87 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO E RESTITUIÇÃO DO IMÓVEL

11.1 - O contrato poderá ser rescindido no caso de sua inexecução total ou parcial, na incidência dos motivos previstos no artigo 79 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações, sem prejuízo de descumprimento de outras disposições editalícias e contratuais aliado ao que dispõem a Lei Municipal 735/2015.

11.2 - O terreno e o imóvel deverão ser restituídos ao PODER CONCEDENTE ao final do prazo previsto neste termo nas mesmas condições em que a CONCESSIONÁRIA o recebeu.

11.3 – Tanto a parte interna como a externa do imóvel deverão estar livres de quaisquer equipamentos, materiais ou resíduos que pertençam à contratada, ao final do prazo contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SUBCONTRATAÇÃO

12.1 - Não é permitido a CONCESSIONÁRIA transferir no todo ou em parte o objeto contratual a outra pessoa física ou jurídica, sob pena de, se o fizer, rescisão contratual imediata.

12.2 - O direito de uso não poderá sofrer oneração, em garantia de financiamento para instalação das estruturas físicas e suas ampliações, ou ainda para a manutenção da atividade laboral do concessionário.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

13.1 - Os casos omissos neste Contrato serão resolvidos pela legislação aplicável à espécie em especial pela Lei nº 8.666/93, de 21 Junho de 1993, alterada pela Lei nº 8.883/94, de 08 de Junho de 1994, Lei Municipal 735/2015 e suas posteriores alterações, aliado ao que dispõem o Decreto Lei 271/67.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GARANTIA CONTRATUAL

Ficam dispensadas garantias para a celebração do presente termo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS

Não haverá dispêndios para o PODER CONCEDENTE para o presente Contrato razão pela qual não há dotação a se mencionar.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO CONTRATUAL

Fica eleito, desde já, o foro da Comarca de Palmas, Estado do Paraná, como foro competente para dirimir quaisquer questões advindas da aplicação deste Contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento Contratual, elaborado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

_____, em ____ de ____ de _____

PODER CONCEDENTE

CONCESSIONÁRIA

Testemunhas:

(assinatura e nº do CPF)

(assinatura e nº do CPF)



PARECER JURÍDICO Nº 372/2023

Processo Licitatório nº: 100/2023 – Concorrência 04/2023

Interessado: Departamento de Licitações e Compras

Assunto: Análise jurídica inicial de edital de licitação na modalidade Concorrência, seus anexos e minuta de contrato.

Recebe esta Procuradora pedido de parecer encaminhado pela Pregoeira do Município, relativo ao processo nº 100/2023, que trata da abertura de licitação na modalidade de **concorrência sob nº 04/2023 para concessão de direito real de uso de bem público pertinente a um imóvel personificado pelo lote 05, quadra 02, na Área Industrial 01, com 1.007,26m², pelo prazo de 10 anos com encargos de geração de empregos e dimensões de edificação.**

Consulta-nos sobre a adequação da modalidade licitatória adotada para o processo em questão, qual seja “**concorrência**”, e solicita apreciação jurídica da minuta do instrumento convocatório e do contrato, para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei 8666/93.

1. Do relatório:

O bem que se tem para concessão é de propriedade desta municipalidade, constante da matrícula 13986 do Registro de Imóvel da Comarca de Palmas-PR, cuja finalidade legal é o que se propõe, ou seja, aplicação no fomento da indústria, comércio e serviços, conforme preconiza a Lei Municipal 735/15 e suas posteriores alterações.

O setor de indústria e comércio formalizou demanda endereçada ao Chefe do Executivo para construção do processo proporcionando elementos balizadores de critérios objetivos para seleção de licitantes.

Verifica-se a necessidade do cumprimento de encargos pelo futuro beneficiário, consoante previsto em edital, com provimento de empregos e edificação mínimos para que faça jus a permissão, não sendo ato gratuito, ainda que não haja adimplemento de valores em espécie aos cofres da municipalidade.

Não se vislumbra comprometimento de dotação orçamentária para a contratação visto que não gerará despesas ao erário, ficando por conta do contratado, o cumprimento das condições previstas em edital, que oportunizarão quantidade de empregos no prazo de até seis meses da contratação aliado a edificação do empreendimento bem como investimento mínimo da ordem de R\$ 200.000,00.

Acompanha o edital a minuta de contrato a ser firmado caso algum proponente veja a ser adjudicatário do objeto.

Constata-se a inexistência de parecer do controle interno, nos autos. O Senhor Prefeito exarou sua ciência da demanda e autorizou o fluxo processual nos moldes habituais.

2. Da análise da escolha da modalidade:



A modalidade empregada se mostra adequada já que se trata de execução de objeto com particularidades e características próprias desta natureza, traduzindo-se em certame com divulgação de maior lapso oportunizando, assim, disposição de tempo para os interessados acudirem as exigências do edital, bem como aperfeiçoem seus cadastros (caso queiram) e necessárias visitas ao local e desenvolvimento de seus estudos técnicos, logísticos e orçamentários.

Consoante documentos acostados aos autos até este momento, ainda que de forma sucinta, embasam os procedimentos iniciais para abertura de processo licitatório, em linhas gerais. Assim, logo no princípio da Lei 8666/93 temos que destacar seu art. 2º que estabelece regras gerais sobre a obrigatoriedade da licitação nas contratações administrativas, fixando diversos pressupostos de sua aplicação, senão vejamos:

Art. 2º As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei. (grifó nosso)

Desta feita, em que peses a Norma acima destacada tratar o tema das concessões, de forma genérica e ampla não há que se afastar da hipótese de licitar o objeto vinculando-se ao princípio da isonomia, haja vista que o objeto não poderá ser outorgado a todo e qualquer interessado, sendo necessário o estabelecimento de critérios objetivos de seleção, fundados estes, no princípio da impessoalidade.

A modalidade que será utilizada na presente empreitada, tem seu lastro no art. 22 da Lei 8666/93:

Art. 22. São modalidades de licitação:

I - concorrência;

(...)

§ 1º Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

Neste diapasão, quanto à adoção da modalidade "concorrência" para atender aos interesses da municipalidade, há que se registrar o dispositivo legal pertinente da Lei 8666/93, destacado do art. 23:

§ 3º A concorrência é a modalidade de licitação cabível, qualquer que seja o valor de seu objeto, tanto na compra ou alienação de bens imóveis, ressalvado o disposto no art. 19, como nas concessões de direito real de uso e nas licitações internacionais, admitindo-se neste último caso, observados os limites deste artigo, a tomada de preços, quando o órgão ou entidade dispuser de cadastro internacional de fornecedores ou o convite, quando não houver fornecedor do bem ou serviço no País. (grifó nosso)

Há hipóteses em que a modalidade de licitação não depende do valor da contratação, mas de outras circunstâncias. Em alguns casos, a contratação não se insere na atividade usual da administração e se supõe ausência de cadastrados aptos a participar da licitação. Em outros, a capacitação do interessado é irrelevante, eis que o contrato envolverá para o particular apenas o dever de desembolsar recursos. Daí a previsão legal de adoção de concorrência, sem atentar para o valor estimado da contratação.



Verifica-se que, mesmo sendo objeto com várias peculiaridades, sua descrição foi pormenorizada no edital prevendo, na medida do possível imaginável, as necessidades do serviço público. A apreciação destas peculiaridades do objeto, não são afeitas, *lato sensu*, à análise jurídica, visto que os procuradores não tem conhecimento técnico na área abordada ou logística de mercado, tampouco detém competência legal para tal.

Não obstante, orientamos à Comissão de Licitações para que durante a condução do certame sejam cumpridas as determinações legais da Lei nº 8.666/93, sob pena de invalidade dos atos praticados em desacordo com o referido diploma legal, em especial, quanto à publicidade dos atos, observando-se o interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre a publicação do último aviso de licitação e a data de recebimento dos envelopes das propostas e da habilitação, bem como o prazo de publicação no Mural de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e no Portal de Transparência deste Município, na mesma data de sua publicação oficial.

Ainda, a regulação para utilização da área onde está inserido o imóvel, objeto desta concessão, é tratada no bojo da Lei Municipal 735/2015 e suas posteriores alterações, anexa ao edital.

3. Da análise da minuta do edital:

Passamos à análise dos elementos abordados na minuta do edital e sua concordância com as imposições do art. 40 da Lei de Licitações, 8666/93. Traz o referido mandamento a obrigatoriedade de abordagem dos seguintes elementos nos editais de licitação, podendo estes ser suprimidos ou acrescidos, conforme o caso:

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

- I - objeto da licitação, em descrição sucinta e clara;
- II - prazo e condições para assinatura do contrato ou retirada dos instrumentos, como previsto no art. 64 desta Lei, para execução do contrato e para entrega do objeto da licitação;
- III - sanções para o caso de inadimplemento;
- IV - local onde poderá ser examinado e adquirido o projeto básico;
- V - se há projeto executivo disponível na data da publicação do edital de licitação e o local onde possa ser examinado e adquirido;
- VI - condições para participação na licitação, em conformidade com os arts. 27 a 31 desta Lei, e forma de apresentação das propostas;
- VII - critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos;
- VIII - locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto;
- IX - condições equivalentes de pagamento entre empresas brasileiras e estrangeiras, no caso de licitações internacionais;
- X - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48;
- XI - critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela;
- XII - (VETADO);
- XIII - limites para pagamento de instalação e mobilização para execução de obras ou



serviços que serão obrigatoriamente previstos em separado das demais parcelas, etapas ou tarefas;

XIV - condições de pagamento, prevendo:

a) prazo de pagamento não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela;

b) cronograma de desembolso máximo por período, em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros;

c) critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento;

d) compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos;

e) exigência de seguros, quando for o caso;

XV - instruções e normas para os recursos previstos nesta Lei; XVI - condições de recebimento do objeto da licitação;

XVII - outras indicações específicas ou peculiares da licitação.

Após análise do instrumento apresentado, constatou-se que a elaboração do edital bem como da minuta contratual não destoam dos ditames do art. 40 da Lei nº 8.666/93, destacando-se a clareza e objetividade do objeto da licitação, a previsão de requisitos pertinentes ao objeto do certame como condição de habilitação, fixação de critério objetivo para julgamento das propostas, prazos legais respeitados para impugnação ao edital, abertura das propostas e julgamento de recursos, pelo que esta Procuradoria não tem nenhum óbice a mencionar nesta fase.

4. Conclusão

Por todo o breve exposto:


4.1 opinamos pela regularidade da escolha da modalidade "concorrência" para o desenvolvimento da licitação que se inicia e pela anuência para com a minuta do instrumento convocatório e da respectiva minuta de contrato, não existindo óbice, em tese, para o prosseguimento do processo licitatório;

4.2 alerta-se que devem ser atendidas as orientações descritas no item 2 deste parecer, *in fine*;

4.3 ressalte-se, ainda, que os critérios e a análise de mérito (oportunidade, motivação e conveniência do pedido) constituem análise técnica do setor solicitante, bem como as especificidades do objeto, motivo pelo qual o presente opinativo cinge-se exclusivamente aos contornos jurídicos formais do caso em comento (minuta de edital e contrato).

É o parecer.

Coronel Domingos Soares/PR, 07 de agosto de 2023.


Dr. Rogério E. Schmidt
Procurador Geral
OAB/PR 59902 - Port. 169/2015



PARECER CONTROLE INTERNO Nº 101/2023

FINALIDADE: Concorrência Referente a concessão de direito de uso real de uso de um terreno situado na área industrial 01, sendo este o lote 05 da quadra 02 medindo 1.007,26 m² localizado no prolongamento da Avenida Araucária, s/n, constante na matrícula n 13.986, pelo prazo de 10 anos.

I-DOS FATOS: Ocorre que chegou a este Setor de Controle Interno, o processo nº100/2023 Concorrência nº 04/2023, solicitando a análise e parecer, referente a possibilidade de Concorrência Referente a concessão de direito de uso real de uso de um terreno situado na área industrial 01, sendo este o lote 05 da quadra 02 medindo 1.007,26 m² localizado no prolongamento da Avenida Araucária, s/n, constante na matrícula n 13.986, pelo prazo de 10 anos.

Em justificativa, se faz necessário a seleção de empresas para participar de licitação para se instalarem em terreno junto a área industrial deste Município.

II-DO CONTROLE INTERNO: A Constituição Federal de 1988, em seu art. 74, estabelece as finalidades do sistema de controle interno, ao tempo em que a Lei Municipal que dispõe sobre a Reorganização da Estrutura Básica do Poder Executivo e dá outras providências, "...é o órgão responsável pelo sistema de controle interno em todos os níveis e órgãos do Governo, tendo por objetivo a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da administração pública municipal e a verificação e avaliação dos resultados obtidos pelos administradores em geral, a quem compete".

Tendo em vista que a contratação sub examine, implica em realização de despesa, resta demonstrada a competência da Controladoria para análise manifestação.

III-PRELIMINARMENTE: Na qualidade de responsável pelo órgão de Controle Interno do Município de Coronel Domingos Soares nomeada através da Portaria nº224/2019 em data de 01 de agosto de 2019, estrita obediência e visando o cumprimento ao que determina o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, artigo 59 da Lei Complementar 101 e Lei Municipal, que estabelecem as finalidades do sistema de Controle Interno de forma geral. O Controle Interno desenvolveu atividades de análise e avaliação, de possível Concorrência Referente a concessão de direito de uso real de uso de um terreno situado na área industrial 01, sendo este o lote 05 da quadra 02 medindo 1.007,26 m² localizado no prolongamento da Avenida Araucária, s/n, constante na matrícula n 13.986, pelo prazo de 10 anos.

IV - RELAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO;DOCUMENTOS JUNTADOS/ANALISE:

- a) processo com Justificativa e fundamentação.
- b) Indicação de recursos e dotação Orçamentária;



PREFEITURA DE
CORONEL DOMINGOS
SOARES
ESTADO DO PARANÁ

CENTRO ADMINISTRATIVO
ADÃO REIS
CNPJ 01614415/0001-18
AV ARAUCÁRIA, 3120
FONE/FAX 46-3254-1166 – CEP
85557000

042

- c) termo de referência;
e) Parecer Contábil;
f) parecer Jurídico;

V - DA FUNDAMENTAÇÃO: Considerando a necessidade da contratação e baseada na LEI N° 8666/1993.

§ 1º Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

VI-CONCLUSÕES: Em face do exposto, diante da apresentação com clareza dos documentos relacionado ao objeto e justificativa plausível, considero regular a Concorrência Referente a concessão de direito de uso real de uso de um terreno situado na área industrial 01, sendo este o lote 05 da quadra 02 medindo 1.007,26 m² localizado no prolongamento da Avenida Araucária, s/n, constante na matrícula n 13.986, pelo prazo de 10 anos. Desta feita, retomem-se os autos ao departamento de administração, para as providências cabíveis e necessárias para o seu devido andamento.

Sem mais é o parecer do setor de Controle Interno.

Coronel Domingos Soares, 07 de agosto de 2023.


Dirlei de Lima
Controle Interno

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES

AVISO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 04/2023 – PMCDS

Objeto: Concessão de direito real de uso de um terreno situado na área industrial 01, sendo o lote 05 da quadra 02 medindo 1.007,26m² (mil e sete metros e vinte e seis centímetros quadrados), localizado no prolongamento da Avenida Araucária, S/N, constante da matrícula nº 13.986, conforme mapa em anexo, pelo prazo de 10 (dez) anos, visando fomentar a geração de empregos no Município de Coronel Domingos Soares e o incremento da arrecadação fiscal e o aperfeiçoamento de novos investimentos. Envelopes: protocolo até as 09 horas do dia 11 de setembro de 2023 no setor de protocolo da municipalidade e início da sessão a partir das 09:00 horas da mesma data na sala de licitações do Centro Administrativo Adão Reis. O edital poderá ser examinado na sede da prefeitura ou extraído no site <http://www.pmcds.pr.gov.br/>. Não serão reconhecidos documentos enviados via e-mail. Jandir Bandiera – Prefeito Municipal.

Doc:417612

A J OLIVEIRA & CIA LTDA - ME
CNPJ 10.583.049/0001-78 - Pág. 01
PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATO SOCIAL



Os abaixo assinados, **ANGELO DE JESUS DE OLIVEIRA**, Brasileiro, Casado, Construtor, Nascido em 02/10/1969, Carteira de Identidade 7.068.898-0, Expedido pelo Instituto de Identificação do Estado do Paraná, CPF nº 980.495.699-34, Residente e Domiciliado na Vila Rural, Lote 13 Q 2, Bairro Vila Rural, CEP 85.557-000, Cidade de Coronel Domingos Soares, Estado do Paraná, e **DANIELE DE OLIVEIRA**, Brasileira, Solteira, Data de nascimento 17/01/1991, Empresaria, Carteira de Identidade 9.783.836-4, Expedida pelo Instituto de Identificação do Estado do Paraná, CPF nº 081.141.289-09, residente e domiciliada na Vila Rural, Lote 13 Q 2, Bairro Vila Rural, CEP 85.557-000, Cidade de Coronel Domingos Soares, Estado do Paraná, sócios da Firma Sociedade Empresária Limitada, que gira sob a Razão Social **A J OLIVEIRA & CIA LTDA - ME**, com sede e foro na Vila Rural, Lote 13 Q 2, Bairro Vila Rural, CEP 85.557-000, Cidade de Coronel Domingos Soares, Estado do Paraná, conforme contrato social por transformação de empresário arquivado na MM. Junta Comercial do Estado do Paraná, sob n.º 41206471495, por despacho em sessão de 08 de Maio de 2009, inscrita no CNPJ sob o nº 10.583.049/0001-78, resolvem de comum acordo alterar seu contrato social de acordo com as cláusulas seguintes.

CLAUSULA PRIMEIRA: O Ramo de atividade é que era de Comercio Varejista de Materiais de Construção e Pedras; Prestação de Serviços de Calçamento em Ruas, Praças e Calçadas; Prestação de Serviço na Área de Construção Civil, fica neste ato alterado para Comercio Varejista de Materiais de Construção e Pedras (4744-0/99); Prestação de Serviços de Calçamento em Ruas, Praças e Calçadas (4213-8/00); Prestação de Serviço na Área de Construção Civil (4299-5/99); Serviços de jardinagem (8130-3/00); prestação de serviços de coleta e transporte de lixo (3811-4/00); prestação de serviços de reciclagem (3821-1/00).

CLAUSULA SEGUNDA: Que fica eleito o Foro da Comarca de Palmas, Estado do Paraná, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem, assim justos e contratados assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas que também assinam.

Coronel Domingos Soares - Pr, 05 de Abril de 2013

Angelo de Jesus de Oliveira
ANGELO DE JESUS DE OLIVEIRA
 RG n.º 7.068.898-0 - SSP/PR

Daniele de Oliveira
DANIELE DE OLIVEIRA
 RG n.º 9.783.836-4 - SSP/PR

Testemunhas:

HELIO OSMAR COSTA
 RG n.º 6.492.117-7 - SSP/PR

ANDERSON DOS SANTOS MADRUGA
 RG n.º 6.910.709-5 - SSP/PR



JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
 AGENCIA REGIONAL DE PALMAS
 CERTIFICO O REGISTRO EM: 08/04/2013
 SOB NÚMERO: 20131963430
 Protocolo: 13/196343-0, DE 08/04/2013

Empresa: 41 2 0647149 5
 J OLIVEIRA & CIA LTDA - ME

Sebastião Motta
SEBASTIÃO MOTTA

Angelo

Daniele

CONTRATO SOCIAL POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁRIO.

ANGELO DE JESUS DE OLIVEIRA - ME
CNPJ 10.583.049/0001-78 – Pag. 01



ANGELO DE JESUS DE OLIVEIRA, Brasileiro, Casado, Construtor, Carteira de Identidade 7.068.898-0, Expedido pelo Instituto de Identificação do Estado do Paraná, CPF nº 980.495.699-34, Residente e Domiciliado na Vila Rural, Lote 13 Q 2, Bairro Vila Rural, Empresário, com sede na Vila Rural, Lote 13 Q 2, Bairro Vila Rural, inscrito(a) na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o NIRE 41106438321 e no CNPJ sob nº 10.583.049/0001-78, fazendo uso do que permite o § 3º, do artigo 968, da Lei nº 10.406/2002, com a redação alterada pelo artigo 10, da Lei Complementar nº 128, de 19.12.2008, ora transforma seu registro de **EMPRESÁRIO(A)** em **SOCIEDADE EMPRESÁRIA**, uma vez que admitiu a sócia **DANIELE DE OLIVEIRA**, Brasileira, Solteira, Data de nascimento 17/01/1991, Empresaria, Carteira de Identidade 9.783.836-4, Expedida pelo Instituto de Identificação do Estado do Paraná, CPF nº 081.141.289-09, residente e domiciliada na Residente e Domiciliado na Vila Rural, Lote 13 Q 2, Bairro Vila Rural, Empresário, com sede na Vila Rural, Lote 13 Q 2, Bairro Vila Rural, passando a constituir o tipo jurídico **SOCIEDADE LIMITADA**, a qual se regerá, doravante, pelo presente **CONTRATO SOCIAL**, ao qual se obrigam mutuamente todos os sócios:



CLAUSULA PRIMEIRA: Que a sociedade girava sob nome empresarial **ANGELO DE JESUS DE OLIVEIRA – ME**, passa a ser denominada **A J OLIVEIRA & CIA LTDA - ME**, com sede na Vila Rural, Lote 13 Q 2, Bairro Vila Rural, CEP 85.557-000, Cidade de Coronel Domingos Soares, Estado do Paraná.

CLAUSULA SEGUNDA: O Capital Social que era de R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais) fica alterado neste ato pelo valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais, dividido em 5.000 (Cinco Mil) quotas de R\$ 10,00 (Dez Reais) cada uma, formado por R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais) em moeda corrente do País, sendo subscrito e com a integralização pelos sócios, como segue:

ANGELO DE JESUS DE OLIVEIRA, 4.500 (Quatro Mil e Quinhentas) quotas no valor de R\$ 45.000,00 (Quarenta e Cinco Mil Reais ou seja 90% do capital, que integraliza neste ato o valor de R\$ 45.000,00 (Quarenta e Cinco Mil Reais), em moeda corrente do País.

DANIELE DE OLIVEIRA, 500 (Quinhentas) quotas no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais ou seja 10% do capital, que integraliza neste ato o valor de R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais), em moeda corrente do País.

CLAUSULA TERCEIRA: O Ramo de atividade é que era de Comercio Varejista de Materiais de Construção e Pedras; Prestação de Serviços de Calçamento em Ruas, Praças e Calçadas, fica neste ato alterado para Comercio Varejista de Materiais de Construção e Pedras; Prestação de

Angelo de Jesus de Oliveira x *Daniele de Oliveira*
 Angelo  

ANGELO DE JESUS DE OLIVEIRA - ME
CNPJ 10.583.049/0001-78 – Pag. 02

Serviços de Calçamento em Ruas, Praças e Calçadas; Prestação de Serviço na Área de Construção Civil.

CLAUSULA QUARTA: A sociedade iniciou suas atividades em 09 de Janeiro de 2009, e que o prazo de duração é por tempo indeterminado.

CLAUSULA QUINTA: Que, a presente sociedade terá como titulo do seu estabelecimento a expressão de "EMPREITEIRA OLIVEIRA".

CLAUSULA SEXTA: As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferencia para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLAUSULA SETIMA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLAUSULA OITAVA: A administração da sociedade caberá ao Sr. **ANGELO DE JESUS DE OLIVEIRA** com os poderes e atribuições de administrar autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLAUSULA NONA: Ao termino de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

CLAUSULA DECIMA: Nos quatro meses seguintes o termino do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador quando for o caso.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA: Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a titulo de "pró labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Angelo de Jesus de Oliveira v. *Daniel de Oliveira*

Angelo

et al

ANGELO DE JESUS DE OLIVEIRA - ME
CNPJ 10.583.049/0001-78 – Pag. 03

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA: As deliberações sociais serão tomadas em reunião de sócios, cujo quorum de instalação e de decisão será a maioria simples do capital social, nos casos em que a Lei não exigir quorum maior.

CLAUSULA DECIMA QUARTA: A reunião dos sócios será convocada pelo Administrador, com 10 (Dez) dias de antecedência, mediante expedição de carta convocatória, com local, data, hora e a ordem do dia da reunião, para os endereços que o sócio, para esse fim, depositarem na sede da sociedade.

CLAUSULA DECIMA QUINTA: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único – O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva e relação a seu sócio.

CLAUSULA DECIMA SEXTA: Os Administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLAUSULA DECIMA SETIMA: A socia ingressante **DANIELE DE OLIVEIRA**, declara que não está incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei que o impeçam de exercer a atividade mercantil.

CLAUSULA DECIMA OITAVA: O novo sócio declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLAUSULA DECIMA NONA: Os sócios declaram para os efeitos de enquadramento como Microempresa que o volume de sua Receita Bruta Anual não excederá no ano da constituição, o limite fixado no Inciso I do artigo 2º da

Angelo de Jesus de Oliveira

x. Daniele de Oliveira

Angelo



Daniele



ANGELO DE JESUS DE OLIVEIRA - ME
CNPJ 10.583.049/0001-78 – Pag. 04

Lei Federal N ° 9841 de 05/10/1999, e que a empresa não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionados no artigo 3 ° desta lei.

CLAUSULA VIGESSIMA PRIMEIRA: O novo sócio declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra as relações de consumo, fé publica, ou a propriedade.

CLAUSULA VIGESSIMA SEGUNDA: Que fica eleito o Foro da Comarca de Palmas, Estado do Paraná, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem, assim justos e contratados assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas que também assinam.

Coronel Domingos Soares - Pr, 30 de Abril de 2009

Angelo de Jesus de Oliveira

ANGELO DE JESUS DE OLIVEIRA
RG n.º 7.068.898-0 - SSP/PR

Daniele de Oliveira

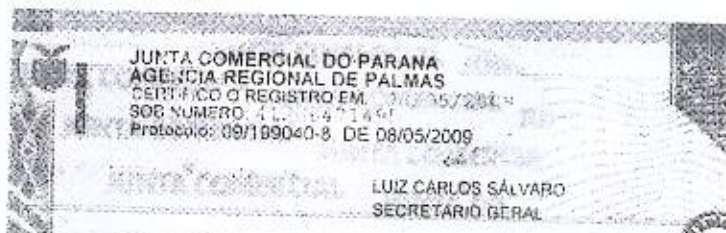
DANIELE DE OLIVEIRA
RG n.º 9.783.836-4 - SSP/PR

Testemunhas:

Helio Osmar Costa

HELIO OSMAR COSTA
RG n.º 6.492.117-7 - SSP/PR

Antonio Marcos Costa
ANTONIO MARCOS COSTA
RG n.º 6.218.973-8 - SSP/PR



LUIZ CARLOS SALVARO
SECRETÁRIO GERAL

Angelo

Daniele



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 10.583.049/0001-78 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 09/01/2009
NOME EMPRESARIAL A J OLIVEIRA & CIA LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) EMPREITEIRA OLIVEIRA		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas 42.99-5-99 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente 81.30-3-00 - Atividades paisagísticas 38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos 38.21-1-00 - Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO VL RURAL	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO LOTE 13 Q 2
CEP 85.557-000	BAIRRO/DISTRITO VILA RURAL	MUNICÍPIO CORONEL DOMINGOS SOARES
ENDEREÇO ELETRÔNICO helhomar@hotmail.com		UF PR
TELEFONE (46) 3254-1253/ (46) 3254-1335		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 04/10/2021	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 22/08/2023 às 13:30:35 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Angela

Ⓜ️ Juci

MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS
SOARES
ESTADO DO PARANÁ

ALVARÁ n° 359 / 2023

O Município de Coronel Domingos Soares, conforme protocolo n° de , concede alvará de licença para localização e funcionamento a:

Nome:

A J Oliveira & Cia Ltda - ME
 CNPJ/CPP: 10.583.049/0001-78

Localização

Vila Rural Alberto Carraro, SN - Lote 13 Quadra 02 - VILA RURAL CFP: 85557000 Coronel Domingos Soares - PR
 Área utilizada: 99,00

Atividades

- 4744-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral.
- 3811-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos.
- 3821-1-00 - Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos.
- 4213-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas.
- 4299-5-99 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente.
- 8130-3-00 - Atividades paisagísticas.
- 4755-5-02 - Comércio varejista de artigos de amarrinho.
- 4761-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria.
- 4763-6-01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos.
- 4772-5-90 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal.
- 4781-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios.
- 4782-2-01 - Comércio varejista de calçados.

Horário de funcionamento: Comercial

Segunda à Sexta das 13:00 às 18:00

Segunda à Sábado das 07:00 às 12:00

Emitido em

05/09/2023

Válido até

31/12/2023

Observações

- 1 - O presente alvará só tem efeito para o período especificado, ficando sujeito a renovação anual.
- 2 - Será exigida renovação da licença sempre que ocorrer mudanças de ramo de atividade, modificações nas características do estabelecimento ou transferência de Local.
- 3 - Nos casos de alterações tais como: encerramento, mudanças de Endereço, razão social, ramo de atividade, etc o contribuinte será obrigado a comunicar a Prefeitura dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias.

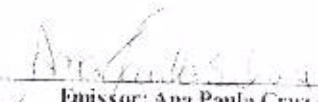
Amigelo

OT

Pucci

IMPORTANTE

- Evite multas, auditorias, fiscalização especial e outros aborrecimentos mantendo em dia sua situação perante o fisco. Futuramente voce precisará de Certidões para fins de aposentadoria, auxílios, pensão, etc. Zele pelo seu futuro.


Emissor: Ana Paula Cruz da Silva

Ameydo  



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: A J OLIVEIRA & CIA LTDA
CNPJ: 10.583.049/0001-78

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:12:45 do dia 19/04/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 16/10/2023.

Código de controle da certidão: **3E12.492A.8126.1AAE**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Angela



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

053

Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 031424701-63

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **10.583.049/0001-78**

Nome: **A J OLIVEIRA & CIA LTDA - ME**

Estabelecimento baixado ou paralisado no Cadastro de Contribuintes do ICMS/PR

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 19/12/2023 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Angela

**Município de Coronel Domingos Soares
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTROLE FINANCEIRO**

Positiva com efeito de negativa

IMPORTANTE:

1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.
2. A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE ATÉ 24/09/2023, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.

CERTIFICAMOS QUE A PRESENTE CERTIDÃO ESTA SENDO EXPEDIDA DE FORMA POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA, TENDO EM VISTA A EXISTÊNCIA DE CRÉDITOS CUJA EXIGIBILIDADE ESTEJA SUSPensa.

Coronel Domingos Soares, 25 de Agosto de 2023

Positiva com efeito de negativa Nº: 760/2023

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO:
9ZTMJMS2QE5254XZ3BEM

FINALIDADE: VERIFICAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: AJ Oliveira & Cia Ltda - ME

CONTROLE

CNPJ/CPF

INSCRIÇÃO ESTADUAL

ALVARÁ

{SnrControle}

10.583.049/0001-78

9050395801

359

ENDEREÇO

Vila Rural Alberto Carraro, SN - Lote 13 Quadra 02 - VILA RURAL CEP: 85557000 Coronel Domingos Soares - PR

CNAE / ATIVIDADES

Comércio varejista de materiais de construção em geral, Coleta de resíduos não-perigosos, Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos, Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas, Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente, Atividades paisagísticas, Comércio varejista de artigos de armarinho, Comércio varejista de artigos de papelaria, Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos, Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal, Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios, Comércio varejista de calçados

Amazela



[Handwritten signature]

Diretor do departamento

Ana Paula Cruz da Silva
Emitido por: Ana Paula Cruz da Silva

Annyela *[Assinatura]*

Voltar

Imprimir

**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF**

Inscrição: 10.583.049/0001-78
Razão Social: A J OLIVEIRA E CIA LTDA
Endereço: VL RURAL S/N / VILA RURAL / CORONEL DOMINGOS SOARES / PR / 85557-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 16/08/2023 a 14/09/2023

Certificação Número: 2023081605085823576670

Informação obtida em 21/08/2023 14:44:47

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

Angelo 



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: A J OLIVEIRA & CIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 10.583.049/0001-78
Certidão nº: 42509633/2023
Expedição: 21/08/2023, às 14:45:26
Validade: 17/02/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **A J OLIVEIRA & CIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **10.583.049/0001-78**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Angelo
Jui

ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE PALMAS

053

OFICIO DISTRIBUIDOR
Rua Capitão Paulo de Araújo, nº 731 -- e-mail:
cartoriodistribuidordepalmas@pros
Palmas/PR - 85555-000

TITULAR
BEL. LEILA FATIMA DE LIMA
JURAMENTADO
MARCO AURELIO SERAFINI

Certidão Negativa
Para Fins Gerais

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo os livros e arquivos de distribuição RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL sob minha guarda neste cartório, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em que figure como parte:

A J OLIVEIRA & CIA LTDA ME

Documento..... CNPJ 10.583.049/0001-78

Sede..... Vila RURAL, S/N,*(LOTE 13 QUADRA 2), VILA RURAL, CORONEL DOMINGOS
SOARES/PR, CEP 85557-000

no período compreendido entre a presente data e os últimos 5 anos que a antecedem.

Palmas/PR, 22 de Agosto de 2023, 09:31:43

LEILA FATIMA DE LIMA:73402796953

Assinado de forma digital por LEILA FATIMA DE LIMA:73402796953
Dados: 2023.08.23 09:59:59 -03'00'



Certificação

Custas = R\$ 38,16
Página 0001/0001

Amgdo

ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE PALMAS

OFICIO DISTRIBUIDOR
Rua Capitão Paulo de Araújo, nº 731 - e-mail:
cartoriodistribuidordepalmas@pros
Palmas/PR - 85555-000

TITULAR
BEL. LEILA FATIMA DE LIMA
JURAMENTADO
MARCO AURELIO SERAFINI

059

Certidão Negativa
Para Fins Gerais

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo os livros e arquivos de distribuição FALÊNCIA ou RECUPERAÇÃO JUDICIAL sob minha guarda neste cartório, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

A J OLIVEIRA & CIA LTDA ME

Documento..... CNPJ 10.583.049/0001-78
Sede..... VILA RURAL, S/N.º (LOTE 13 QUADRA 2), VILA RURAL, CORONEL DOMINGOS
SOARES/PR, CEP 85557-900

no período compreendido entre a presente data e os últimos 5 anos que a antecedem.

Palmas/PR, 22 de Agosto de 2023, 09:29:25

LEILA FATIMA DE LIMA:73402796953

Assinado de forma digital por LEILA FATIMA DE LIMA:73402796953
Dados: 2023.08.23 09:59:47 -03'00'



Certificação

Amazelo
OT Jui

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Sped
060

Entidade: A J OLIVEIRA & CIA LTDA
Período da Escrituração: 01/01/2022 a 31/12/2022 CNPJ: 10.583.049/0001-78
Número de Ordem do Livro: 1
Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial A J OLIVEIRA & CIA LTDA

NIRE 41106438321

CNPJ 10.583.049/0001-78

Número de Ordem 1

Natureza do Livro DIARIO

Município CORONEL DOMINGOS SOARES

Data do arquivamento dos atos constitutivos 09/01/2009

Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária

Data de encerramento do exercício social 31/12/2022

Quantidade total de linhas do arquivo digital 1138

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial A J OLIVEIRA & CIA LTDA

Natureza do Livro DIARIO

Número de ordem 1

Quantidade total de linhas do arquivo digital 1138


Data de início 01/01/2022

Data de término 31/12/2022

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número E4.15.F9.57.0C.08.5E.E1.6D.3F.53.EC.35.32.DA.23.25.CB.CC.7F-8, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.5 do Visualizador

Amazela 

BALANÇO PATRIMONIAL



061

Entidade: A J OLIVEIRA & CIA LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2022 a 31/12/2022

CNPJ: 10.583.049/0001-78

Número de Ordem do Livro: 1

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R\$ 0,00	R\$ 182.015,67
CIRCULANTE		R\$ 0,00	R\$ 55.146,37
DISPONIBILIDADES		R\$ 0,00	R\$ 55.146,37
CAIXA		R\$ 0,00	R\$ 24.869,46
BANCOS C/MOVIMENTO		R\$ 0,00	R\$ 30.276,91
COOPERATIVA SICREDI		R\$ 0,00	R\$ 30.276,91
NAO CIRCULANTE		R\$ 0,00	R\$ 126.869,30
IMOBILIZADO		R\$ 0,00	R\$ 126.869,30
IMOBILIZACOES TECNICAS TANGIVEIS		R\$ 0,00	R\$ 131.001,40
VEICULOS		R\$ 0,00	R\$ 88.400,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		R\$ 0,00	R\$ 42.601,40
/-DEPRECIACOES ACUMULADAS		R\$ 0,00	R\$ (4.132,10)
DEPRECIACOES ACUMULADAS		R\$ 0,00	R\$ (4.132,10)
PASSIVO		R\$ 0,00	R\$ 182.015,67
CIRCULANTE		R\$ 0,00	R\$ 4.529,22
DEBITOS DE FUNCIONAMENTO		R\$ 0,00	R\$ 4.529,22
OBRIGACOES SOCIAIS E FISCAIS		R\$ 0,00	R\$ 4.529,22
INSS.A RECOLHER		R\$ 0,00	R\$ 4.076,74
FGTS.A RECOLHER		R\$ 0,00	R\$ 452,48
PATRIMONIO LIQUIDO		R\$ 0,00	R\$ 177.486,45
CAPITAL SOCIAL REALIZADO		R\$ 0,00	R\$ 50.000,00
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO		R\$ 0,00	R\$ 50.000,00
RESULTADOS ACUMULADOS		R\$ 0,00	R\$ 127.486,45
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS		R\$ 0,00	R\$ 127.486,44
SALDO ANTERIOR		R\$ 0,00	R\$ 98.860,65
LUCROS ACUMULADOS.		R\$ 0,00	R\$ 98.860,65
ENCERRAMENTO DO EXERCICIO		R\$ 0,00	R\$ 28.625,79
SALDO DO EXERCICIO		R\$ 0,00	R\$ 28.625,79
CONTAS DE APURACAO/ENCERRAMENTO		R\$ 0,00	R\$ 0,01
IMPLANTACAO DO SISTEMA		R\$ 0,00	R\$ 0,01
IMPLANTACAO DO SISTEMA.		R\$ 0,00	R\$ 0,01

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número E4.15.F9.57.0C.08.5E.E1.6D.3F.53.EC.35.32.DA.23.25.CB.CC.7F-8, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.5 do Visualizador

Página 1 de 1

Amabela

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: A J OLIVEIRA & CIA LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2022 a 31/12/2022

CNPJ: 10.583.049/0001-78

062

Número de Ordem do Livro: 1

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		R\$ 0,00	R\$ 282.626,08
VENDA DE MERCADORIAS		R\$ 0,00	R\$ 282.626,08
PRESTACAO DE SERVICOS		R\$ 0,00	R\$ 282.626,08
RECEITA LÍQUIDA		R\$ 0,00	R\$ 282.626,08
LUCRO BRUTO		R\$ 0,00	R\$ 282.626,08
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ 0,00	R\$ (254.000,29)
(-) DESPESAS COM PESSOAL		R\$ 0,00	R\$ (24.231,97)
(-) SALARIOS E ORDENADOS		R\$ 0,00	R\$ (11.712,52)
(-) 13.SALARIO		R\$ 0,00	R\$ (1.040,69)
(-) INSS.		R\$ 0,00	R\$ (4.497,12)
(-) FGTS.		R\$ 0,00	R\$ (921,64)
(-) RETIRADA PRO-LABORE		R\$ 0,00	R\$ (6.060,00)
(-) DESPESAS GERAIS		R\$ 0,00	R\$ (229.628,58)
(-) DESPESAS COM VEICULOS		R\$ 0,00	R\$ (34.032,04)
(-) COMB.E LUBRIFICANTES		R\$ 0,00	R\$ (38.194,18)
(-) MATERIAS DE CONSUMO		R\$ 0,00	R\$ (33.652,46)
(-) DESPESAS DIVERSAS.		R\$ 0,00	R\$ (73.371,90)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS		R\$ 0,00	R\$ (50.378,00)
(-) DESPESAS TRIBUTARIAS		R\$ 0,00	R\$ (139,74)
(-) JUROS DE MORA		R\$ 0,00	R\$ (139,74)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS/DESPESAS FINANCEIRAS		R\$ 0,00	R\$ 28.625,79
RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES TRIBUTÁRIAS		R\$ 0,00	R\$ 28.625,79
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		R\$ 0,00	R\$ 28.625,79

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número E4.15.F9.57.0C.08.5E.E1.6D.3F.53.EC.35.32.DA.23.25.CB.CC.7F-8, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.5 do Visualizador

Página 1 de 1

Amjelo

[Handwritten signature]

A J DE OLIVEIRA & CIA LTDA
CNPJ: 10.583.049/0001-78 – CAD/ICMS: ISENTO
Vila rural, Lote 13 Q 2
Coronel Domingos Soares - PR

063

CONCORRÊNCIA 4/2023

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos sob as penas lei, e para fins de participação no Processo Licitatório **CONCORRÊNCIA 4/2023**, junto a Prefeitura Municipal de Cel. Dom. Soares-PR, que a Empresa A J DE OLIVEIRA & CIA LTDA inscrita no CNPJ sob o n.º 10.583.049/0001-78, até a presente data não recebeu, **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE**, para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais, ou Municipal e do Distrito Federal, não havendo assim **FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO** da mesma, ciente da obrigatoriedade de comunicar ocorrências posteriores.
Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

Coronel Domingo Soares - PR, 11 de setembro de 2023.

10.583.049/0001-78

A J DE OLIVEIRA & CIA LTDA

Vila Rural, lote 12 Q 2.

Coronel Domingos Soares - PR



ANGELO DE JESUS DE OLIVEIRA
Administrador

Angelo



A J DE OLIVEIRA & CIA LTDA
CNPJ: 10.583.049/0001-78 – CAD/ICMS: ISENTO
Vila rural, Lote 13 Q 2
Coronel Domingos Soares - PR

064

CONCORRÊNCIA 4/2023

DECLARAÇÃO DO MENOR

Declaramos, sob as penalidades cabíveis, que não mantemos em nosso quadro de pessoal menor de 18 anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não possuindo ainda, qualquer trabalho de menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme determina a Constituição Federal no seu artigo 7º, Inciso XXXIII.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

Coronel Domingo Soares - PR, 11 de setembro de 2023.

10.583.049/0001-78

A J DE OLIVEIRA & CIA LTDA

Vila Rural, lote 12 Q 2.

Coronel Domingos Soares - PR



ANGELO DE JESUS DE OLIVEIRA
Administrador





A J DE OLIVEIRA & CIA LTDA
CNPJ: 10.583.049/0001-78 – CAD/ICMS: ISENTO
Vila rural, Lote 13 Q 2
Coronel Domingos Soares - PR

065

CONCORRÊNCIA 4/2023

DECLARAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO

Declaramos sob as penas lei, e para fins de participação no Processo Licitatório CONCORRÊNCIA 4/2023, junto a Prefeitura de Cel. Dom. Soares-PR, que a Empresa A J DE OLIVEIRA & CIA LTDA inscrita no CNPJ sob o n.º 10.583.049/0001-78, NÃO POSSUI EM SEU QUADRO DE PESSOAL, SERVIDORES PÚBLICOS exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão (inciso III, do artigo 9º da lei 8.666/93). Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

Coronel Domingo Soares - PR, 11 de setembro de 2023.

10.583.049/0001-78

A J DE OLIVEIRA & CIA LTDA

Vila Rural, lote 12 Q 2.

Coronel Domingos Soares - PR

Angelo de Jesus de Oliveira

ANGELO DE JESUS DE OLIVEIRA

Administrador

Angelo

Emi

066

A J DE OLIVEIRA & CIA LTDA
CNPJ: 10.583.049/0001-78 – CAD/ICMS: ISENTO
Vila rural, Lote 13 Q 2
Coronel Domingos Soares - PR

CONCORRÊNCIA 4/2023

DECLARAÇÃO QUANTO ÀS INFORMAÇÕES E VISITA DO IMÓVEL

Declaramos sob as penas lei, e para fins de participação no Processo Licitatório na CONCORRÊNCIA 4/2023, junto a Prefeitura de Cel. Dom. Soares-PR, que visitamos o imóvel objeto da presente concorrência de concessão de uso real de bem público, e tomamos conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação, inteirando-se das condições técnicas e da complexidade dos mesmos.
Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

Coronel Domingo Soares - PR, 11 de setembro de 2023.

10.583.049/0001-78
A J DE OLIVEIRA & CIA LTDA
Vila Rural, lote 12 Q 2.
Coronel Domingos Soares - PR



ANGELO DE JESUS DE OLIVEIRA
Administrador





A J DE OLIVEIRA & CIA LTDA
CNPJ: 10.583.049/0001-78 - CAD/ICMS: ISENTO
Vila rural, Lote 13 Q 2
Coronel Domingos Soares - PR

067

CONCORRÊNCIA 4/2023

PROPOSTA COMERCIAL

INVESTIMENTO GERAL MINIMO: R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais)

EMPREGOS INICIAIS MINIMOS: 03 (três)

DIMENSÃO FÍSICA INICIAL MINIMO: 200 M² (Duzentos metros quadrados)

EMPREGOS ADICIONAIS PARA PONTUAÇÃO: 03 EMPREGOS

DIMENSÃO FÍSICA ADICIONAL PARA PONTUAÇÃO: 200 m²

Para orientação de V.Sas., informamos que o prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias e nos comprometemos em assinar o contrato, caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, no prazo que for estabelecido na respectiva convocação.

O representante legal desta firma para este fim, será o(a) Sr (a) ANGELO DE JESUS DE OLIVEIRA portador(a) da Cédula de Identidade - RG n° 7.068.898-0 SSP/PR. e CPF/MF n°980.495.699-34 residente e domiciliado(a) à Vila Rural, lote 12 Q 2, Bairro Vila rural na cidade de Coronel Domingo Soares – PR.

Declaramo-nos de pleno acordo com as condições estabelecidas no edital da licitação, garantindo os encargos mínimos fixados para o empreendimento, como investimento, empregos e dimensões de edificação.

Obs.: A licitante além destes termos, poderá apresentar outras informações que a administração municipal julgue necessárias.

DESCRIÇÃO BÁSICA DO EMPREENDIMENTO

Para complementação de informações de nossa proposta esclarecemos que o empreendimento que será instalado no imóvel, ora licitado, corresponderá a:
Será destinado as instalação de uma fábrica de pré-moldados e artefatos de cimento em geral.

Coronel Domingo Soares - PR, 11 de setembro de 2023.

10.583.049/0001-78
A J DE OLIVEIRA & CIA LTDA

Vila Rural, lote 12 Q 2.
Coronel Domingos Soares - PR



ANGELO DE JESUS DE OLIVEIRA
Administrador







TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: **A J OLIVEIRA & CIA LTDA**

CPF/CNPJ: **10.583.049/0001-78**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 09:23:06 do dia 11/09/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: KZEW110923092306

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Amazelo
Qui



Consulta de Impedidos de Licitar

CNPJ: 10583049000178

NENHUM ITEM ENCONTRADO!

Angelo Quei



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

070

Processo 100/2023 – Concorrência 04/2023
Comissão de Licitações - Ata de Abertura

Ao 11 dia de **setembro** de 2023, às 09:00 horas reuniram-se os Srs. Membros da Comissão de Licitação Permanente e abaixo assinados, nomeados através da Portaria 201/2022, para procederem à abertura dos envelopes apresentados ao supracitado certame. A presente licitação tem por objeto: Concessão de direito real de uso de um terreno situado na área industrial 01, sendo o lote 05 da quadra 02 medindo 1.007,26m² (mil e sete metros e vinte e seis centímetros quadrados), localizado no prolongamento da Avenida Araucária, S/N, constante da matrícula nº 13.986, conforme mapa em anexo, pelo prazo de 10 (dez) anos, visando fomentar a geração de empregos no Município de Coronel Domingos Soares e o incremento da arrecadação fiscal e o aperfeiçoamento de novos investimentos, conforme pormenorizado em edital, sendo que para tal será avaliado a licitante que apresentar a “**MELHOR PROPOSTA**” conforme prevê o preâmbulo do Edital Licitatório. Reunida a Comissão apurou-se a existência dos seguintes proponentes:

Nome Proponente	CNPJ Proponente	Representante	CPF Representante
A. J. DE OLIVEIRA E CIA LTDA	10.583.049/0001-78	ANGELO DE JESUS DE OLIVEIRA	980.495.699-34

Ato contínuo foi aberto o envelope e apreciado e rubricado os documentos de habilitação da proponente resultando nas seguintes situações:

Proponente **A. J. DE OLIVEIRA E CIA LTDA** apresentou a documentação em consonância com o estabelecido em edital de licitação sendo assim considerada habilitada.

Das manifestações das proponentes:


Não houve manifestação.


Proponente **A. J. DE OLIVEIRA E CIA LTDA** apresentou expectativa de geração de 03 empregos, investimento geral mínimo de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e dimensão física de 200 m² (duzentos metros quadrados), para o lote 01, sendo o mínimo exigido em Edital, juntamente com a Descrição Básica do empreendimento, estando em consonância com o edital.

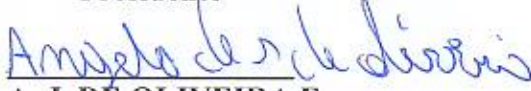
A proponente **A. J. DE OLIVEIRA E CIA LTDA** foi declarada vencedora do certame, o presente processo permanecerá parado na fase em que se encontra pelo prazo de 05 dias úteis, para quaisquer manifestação e/ou apresentação de recurso, quanto ao resultado final do certame (habilitação e proposta).

Em decorrido o prazo supracitado o presente processo será submetido à apreciação da Procuradoria Jurídica para emissão de Parecer e sendo favorável será remetido a autoridade competente para tomar ciência e querendo, homologar.

Nada mais havendo para ser apreciado neste certame e encerrados os trabalhos as 09:24 horas e lavrou-se o presente termo, que vai assinado pelos membros nomeados e os demais que assim o desejarem.


Gilmar Francisco da Rosa
Membro


Fernanda R. da Rosa
Presidente


A. J. DE OLIVEIRA E
CIA LTDA



PARECER JURIDICO N ° 437/2023

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 100/2023
CONCORRÊNCIA N.º 04/2023

Cumprimentando-a cordialmente, em resposta à solicitação da Sra Presidente da Comissão de Licitações de elaboração de Parecer Jurídico Final (fase externa), após a realização do certame no processo licitatório mencionado na referida solicitação, informo que não há previsão legal impositiva para a emissão de parecer jurídico na fase externa na licitação ou quanto a conclusão dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão.

Em caso de entendimento diverso, como o parecer final visa evitar responsabilidades ao Gestor, posto que é solicitado antes da homologação, ele deve ser exarado pela Assessoria Jurídica de Gabinete e/ou servidor do próprio controle interno.

Tal posicionamento, pela ausência de previsão legal, acompanha exatamente o previsto no art. 38, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/1993, que dispõe que:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

(...)

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Como documento vinculativo, obrigacional, e que estabelece condições a serem praticadas na futura contratação, é razoável entender que há, mesmo, necessidade de exame e aprovação jurídica da Administração (minuta de edital e de contrato), até para evitar o cometimento de ilegalidades ou a assunção de compromissos sem respaldo na legislação em vigor.

Ocorre que, após a realização do certame, a minuta do Edital e Contratos previamente avaliados via parecer jurídico, somente se contemplará, via de regra, os (i) dados do licitante vencedor, (ii) a vigência dos preços e (iii) o valor dos produtos e/ou serviços a serem registrados/contratados. Nada mais. Todo o conteúdo jurídico já estaria previamente aferido por Procurador(a) da Administração, como manda a lei.

Nesse sentido, em tese, não haveria necessidade de retorno dos autos do procedimento licitatório para novo exame e convalidação jurídica que já teria sido quando do exame do edital, bastando o preenchimento dos dados apurados na licitação em relação ao licitante vencedor, preço e vigência para que o documento, uma vez firmado por ambas as partes – Administração e particular, passasse a produzir efeitos.

O Tribunal de Contas da União, baluarte na orientação dos órgãos e entidades da Administração Pública federal, por meio de publicação oficial, aduz que a fase externa do certame é integrada pelos seguintes itens e procedimentos:

FASE EXTERNA (OU EXECUTÓRIA)

Licitação, na chamada fase externa, tem continuidade com a divulgação do ato convocatório. Estende-se à contratação do fornecimento do bem, execução da obra ou prestação do serviço.

Nas modalidades concorrência, tomada de preços e convite, essa etapa da licitação submete-se principalmente aos seguintes procedimentos sequenciais, em que a realização de determinado ato depende da conclusão do antecedente:

- publicação do resumo do ato convocatório;



- fase impugnatória, com republicação do edital e reabertura do prazo, quando for o caso;
- recebimento dos envelopes com a documentação e as propostas;
- abertura dos envelopes com a documentação;
- verificação da habilitação ou inabilitação dos licitantes;
- fase recursal, com efeito suspensivo até a decisão do recurso, se houver;
- abertura dos envelopes com as propostas;
- julgamento das propostas;
- declaração do licitante vencedor;
- fase recursal, com efeito suspensivo até a decisão do recurso, se houver;
- homologação / aprovação dos atos praticados no procedimento;
- adjudicação do objeto à licitante vencedora;
- empenho da despesa;
- assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente.

Não há, por parte do referido Órgão de Controle externo, referência ao exame da fase externa do certame, pela assessoria jurídica/procuradoria, como condição de procedibilidade ou validade do certame realizado pelo ente licitante.

Aliás, na mesma publicação, o Tribunal de Contas da União afirma que:

Exame e aprovação da assessoria jurídica Minutas de editais de licitação, contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração. Quanto a convite, é dispensável aprovação das respectivas minutas. A legislação não exige que os atos convocatórios de licitações realizadas nessa modalidade sejam examinados pelo setor jurídico. (...)

É permitida a utilização de modelos padronizados de editais e de contratos previamente submetidos à análise da área jurídica do órgão ou entidade contratante. Nesses modelos, o gestor limita-se a preencher dados específicos da contratação, sem alterar quaisquer condições ou cláusulas anteriormente examinadas. (g.n.) BRASIL. Tribunal de Contas da União. Licitações e contratos: orientações e jurisprudência do TCU. 4. ed. rev., atual. e ampl. Brasília: TCU, Secretaria-Geral da Presidência; Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2010, p. 279.

No processo em tela, portanto, previamente examinado e aferido pela estrutura jurídica da municipalidade, é possível inferir sobre a dispensabilidade de novo exame, inclusive sobre a fase externa do certame, não exigida pela legislação em vigor.

E é o próprio Tribunal de Contas da União que assim refere:

A despeito de haver decisões do TCU que determinam a atuação da assessoria jurídica em cada procedimento licitatório, o texto legal - parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/1993 - não é expreso quanto a essa obrigatoriedade. Assim, a utilização de minutas-padrão, guardadas as necessárias cautelas, em que, como assevera o recorrente, limita-se ao preenchimento das quantidades de bens e serviços, unidades favorecidas, local de entrega dos bens ou prestação dos serviços, sem alterar quaisquer das cláusulas desses instrumentos previamente examinados pela assessoria jurídica, atende aos princípios da legalidade e também da eficiência e da proporcionalidade. Acórdão nº 1504/2005 - TCU - Plenário. Voto do Ministro Relator.

Diante disso, é possível concluir que não há necessidade de que a equipe jurídica da Administração:

- a) Se pronunciasse, ex vi legis, sobre a fase externa da licitação; e
- b) Examinasse e aprovasse, novamente, as minutas de editais, contratos e/ou atas de registro de preços já anteriormente examinadas e aferidas, cujas modificações compreendessem apenas o preenchimento de campos que só seriam passíveis de preenchimento após a realização do certame, quais sejam, os dados do licitante vencedor, os preços a serem registrados e a vigências das respectivas atas, tendo em vista não haver qualquer alteração de conteúdo obrigacional em relação aos referidos documentos.

Diante das considerações anteriores extraídas da Lei e da Jurisprudência nossa manifestação se restringe a relatar resumidamente, as ocorrências da fase externa, consoante exarado em ata:



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

073

1. Traz a análise certame licitatório supra mencionado que objetiva, conforme detalhado em edital e seus anexos:

Concessão de direito real de uso sobre imóvel da municipalidade pertinente ao lote 05, da quadra 02, do quadro urbano, na Área industrial 01, com 1.007,26 metro quadrados.

2. Conforme determina a Lei 8.666/93, a convocação dos licitantes se deu através dos seguintes veículos e respectivas datas, além da inserção do edital na íntegra no “portal de transparência” do Município, e seu extrato no “mural de licitações” do TCE-PR:

Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná-DIOEMS	09/08/2023
--	------------

- a. Foi, ainda, afixado aviso no “mural de licitações” do TCE-PR bem como inserido o edital e seus anexos na íntegra no “portal de transparência” do Município em seu site, com disposição a partir da data de publicação acima.
3. A data de abertura foi estabelecida em prazos necessários com respeito os mínimos previstos em Lei, a qual foi designada para 11/09/2023.
4. Quanto a interposição de impugnação/recursos/pedidos de esclarecimento por parte eventuais interessados em relação ao instrumento convocatório: não houve manifestação nesse sentido.
5. No dia, hora e local designados para abertura dos envelopes reuniram-se a Comissão de Licitações e apurou-se a existência do seguinte proponente:

Proponente	CNPJ
A. J. DE OLIVEIRA E CIA LTDA	980.495.699-34

4. Decorrida a etapa de habilitação apurou-se, inicialmente, como habilitado ao certame o seguinte:


Proponente
A. J. DE OLIVEIRA E CIA LTDA

5. Havendo a renúncia de prazo recursal quanto a fase de habilitação, na mesma sessão, procedeu-se a abertura do envelope contendo a proposta de preço, ao que se apurou a seguinte classificação:

Proponente	Classificação
A. J. DE OLIVEIRA E CIA LTDA	1º Classificado

6. Deixa-se de analisar os demais documentos apresentados pela empresa participante bem como os conteúdos e detalhamentos de proposta, tendo em vista ser esta obrigação da Comissão de Licitações, conforme art. 43, inciso I e seguintes, da Lei nº 8.666/1993.
7. Não restam anexas ao processo, até esta data, manifestações ou razões recursais de qualquer ordem para serem analisadas.
8. Diante do exposto, após serem as laudas dos Autos numeradas e rubricadas, remeta-se o presente processo licitatório ao Chefe do Executivo Municipal, a quem caberá a decisão sobre a sua homologação, consultado o controle interno e sua assessoria jurídica, se assim entender oportuno.

Coronel Domingos Soares/PR, 19 de setembro de 2023.


Dra. Neyva J. R. Carneiro
Procuradora Municipal
OAB/PR 99005 - Part. 138/2014



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

074

ADJUDICAÇÃO

Concorrência 4/2023

1. Ficam adjudicados os objetos da licitação conforme abaixo listado, conforme descrito em ata do dia 11/09/2023, para o(s) proponente(s) abaixo:

- **Concessão de direito real de uso de um terreno situado na área industrial 01, sendo o lote 05 da quadra 02 medindo 1.007,26m² (mil e sete metros e vinte e seis centímetros quadrados), localizado no prolongamento da Avenida Araucária, S/N, constante da matrícula nº 13.986, conforme mapa em anexo, pelo prazo de 10 (dez) anos, visando fomentar a geração de empregos no Município de Coronel Domingos Soares e o incremento da arrecadação fiscal e o aperfeiçoamento de novos investimentos.**

Vencedor(es):

A. J. OLIVEIRA & CIA LTDA- ME

Lote	Item	Produto/Serviço	Unidade	Quantidade
1	1	Um terreno situado na área industrial 01, sendo o lote 02 da quadra 01 medindo 2.467,79m ² (dois mil, quatrocentos e sessenta e sete metros e setenta e nove decímetros quadrados), localizado no prolongamento da Avenida Araucária, S/N, constante da matrícula nº 13.986, conforme mapa em anexo, pelo prazo de 10 (dez) anos.	UN	1,00

2. Pelo presente fica intimado o participante da licitação supramencionada, da decisão ora estabelecida, seguindo o presente processo, em transito direto, à Chefe do Executivo Municipal para apreciação e conseqüente homologação, se esta assim entender conveniente.

Centro Administrativo Adão Reis, em 20/09/2023.

Fernanda Roberta da Rosa
Presidente Comissão de Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES

ADJUDICAÇÃO

Concorrência 4/2023

1. Ficam adjudicados os objetos da licitação conforme abaixo listado, conforme descrito em ata do dia 11/09/2023, para o(s) proponente(s) abaixo:

- Concessão de direito real de uso de um terreno situado na área industrial 01, sendo o lote 05 da quadra 02 medindo 1.007,26m² (mil e sete metros e vinte e seis centímetros quadrados), localizado no prolongamento da Avenida Araucária, S/N, constante da matrícula nº 13.986, conforme mapa em anexo, pelo prazo de 10 (dez) anos, visando fomentar a geração de empregos no Município de Coronel Domingos Soares e o incremento da arrecadação fiscal e o aperfeiçoamento de novos investimentos.

Vencedor(es):

A. J. OLIVEIRA & CIA LTDA- ME

Lote	Item	Produto/Serviço	Unidade	Quantidade
1	I	Um terreno situada na área industrial 01, sendo o lote 02 da quadra 01 medindo 2.487,79m ² (dois mil, quatrocentos e sessenta e sete metros e setenta e nove decimais quadrados), localizado no prolongamento da Avenida Araucária, S/N, constante da matrícula nº 13.986, conforme mapa em anexo, pelo prazo de 10 (dez) anos.	UH	1,00

2. Pelo presente fica intimado o participante da licitação supramencionada, da decisão ora estabelecida, seguindo o presente processo, em trânsito direto, à Chefe do Executivo Municipal para apreciação e conseqüente homologação, se esta assim entender conveniente.

Centro Administrativo Adão Reis, em 20/09/2023.

Fernanda Roberta da Rosa - Presidente Comissão de Licitações

Cod4-9702



HOMOLOGAÇÃO

Concorrência 4/2023

1. Ficam homologados os atos da Sra. Presidente da Comissão de Licitação pertinente ao processo de licitação supranumerado, que tem por objeto, conforme demais características editalícias o seguinte:

- **Concessão de direito real de uso de um terreno situado na área industrial 01, sendo o lote 05 da quadra 02 medindo 1.007,26m² (mil e sete metros e vinte e seis centímetros quadrados), localizado no prolongamento da Avenida Araucária, S/N, constante da matrícula nº 13.986, conforme mapa em anexo, pelo prazo de 10 (dez) anos, visando fomentar a geração de empregos no Município de Coronel Domingos Soares e o incremento da arrecadação fiscal e o aperfeiçoamento de novos investimentos.**

2. Pelo presente fica intimado o interessado na licitação supramencionada, da decisão ora estabelecida, decorrendo a partir de agora os demais prazos editalícios para finalização do certame.

Centro Administrativo Adão Reis, em vinte dias de setembro de 2023.

Liomar Antônio Bringhenti
Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES

HOMOLOGAÇÃO

Concorrência 4/2023

1. Ficam homologados os atos da Sra. Presidente da Comissão de Licitação pertinente ao processo de licitação supranumerado, que tem por objeto, conforme demais características editalícias o seguinte:

- Concessão do direito real de uso de um terreno situado na área industrial 01, sendo o lote 05 da quadra 02 medindo 1.007,26m² (mil e sete metros e vinte e seis centímetros quadrados), localizado no prolongamento da Avenida Araucária, S/N, constante da matrícula nº 13.956, conforme mapa em anexo, pelo prazo de 10 (dez) anos, visando fomentar a geração de empregos no Município de Coronel Domingos Soares e o incremento da arrecadação fiscal e o aperfeiçoamento de novos investimentos.

2. Pelo presente fica intimado o interessado na licitação supramencionada, da decisão ora estabelecida, decorrendo a partir de agora os demais prazos editalícios para finalização do certame.

Centro Administrativo Adão Reis, em vinte dias de setembro de 2023.

Liomar Antônio Brighenti - Prefeito em Exercício

024403756



CONTRATO nº 101/2023 Concorrência 4/2023

CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE BEM PÚBLICO COM ENCARGOS

O MUNICÍPIOS DE CORONEL DOMINGOS SOARES, sito na Av Araucária, nº 3120, CNPJ 01614415/0001-18, Cidade de Cel. Domingos Soares, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito JANDIR BANDIERA, brasileiro, divorciado, de CPF nº. 383803310-87 em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliado nesta cidade a seguir denominado PODER CONCEDENTE, e a Empresa A J OLIVEIRA & CIA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede a Vila Rural Alberto Carraro, S/N Lote 13 Quadra 02 - CEP: 85557000 - BAIRRO: VILA RURAL, Coronel Domingos Soares/PR, inscrita no CNPJ sob nº10.583.049/0001-78 neste ato devidamente representada por ANGELO DE JESUS DE OLIVEIRA de CPF 980.495.699-34, a seguir denominada CONCESSIONÁRIA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislação pertinente, assim como pelas condições do Edital de Concorrência 4/2023, pelos termos da proposta da CONTRATADA datada de 11/09/2023 e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente termo tem por objeto: Concessão de direito real de uso de um terreno situado na área industrial 01, sendo o lote 05 da quadra 02 medindo 1.007,26m² (mil e sete metros e vinte e seis centímetros quadrados), localizado no prolongamento da Avenida Araucária, S/N, constante da matrícula nº 13.986, conforme mapa em anexo, pelo prazo de 10 (dez) anos, visando fomentar a geração de empregos no Município de Coronel Domingos Soares e o incremento da arrecadação fiscal e o aperfeiçoamento de novos investimentos, de acordo com o Edital e seus Anexos que são elementos instrutores e indissociáveis do presente Contrato:

Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Unidade de medida	Quantidade
LOTE: 001 - Lote 001	1	8350	Um terreno situado na área industrial 01, sendo o lote 02 da quadra 01 medindo 2.467,79m ² (dois mil, quatrocentos e sessenta e sete metros e setenta e nove decímetros quadrados), localizado no prolongamento da Avenida Araucária, S/N, constante da matrícula nº 13.986, conforme mapa em anexo, pelo prazo de 10 (dez) anos.	UN	1,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RETRIBUIÇÃO AO ERÁRIO

2.1 – De acordo com o estabelecido no edital e seus anexos a contratada deverá com os encargos propostos em forma de empregos formais e dimensões de edificação, restando assim pactuado:

- a. 03 (três) empregos formais, a serem gerados até o sexto mês de contratação;
- b. 200m² (duzentos metros quadrados) de dimensão física a ser efetivado e comprovado até o fim do sexto mês de contratação.

2.2 – A Concessionária irá garantir a integralização de investimento monetário no imóvel da ordem mínima de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), até o sexto mês desta contratação.

2.3 – Não serão cobrados quaisquer outros custos a título de retribuição pela concessão, excetuadas os encargos e demais condições editalícias e contratuais.



CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE PAGAMENTO

Conforme descrito no item 2.3 não havendo custos pecuniários a serem transferidos para os cofres da municipalidade para a concessão também não há o que se mencionar em termos de forma pagamento ou comprometimento do orçamento da municipalidade.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS

O prazo para a concessão do bem imóvel é de 120 Meses contados da publicação do extrato contratual, podendo ter seu prazo prorrogado, ao final, condicionado ao poder discricionário da administração pública, consoante Lei 735/2015.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

5.1 - O Município designa desde já na pessoa do diretor do Departamento de Indústria e Comércio as atribuições pela fiscalização da boa utilização do bem imóvel, representando em seus atos o PODER CONCEDENTE e terá as atribuições delegadas em ato específico.

5.2 - O Executivo Municipal poderá, ainda, nomear comissão para acompanhamento e fiscalização para o fiel cumprimento das condições pactuadas bem como para a entrega do bem a CONCESSIONARIA e seu recebimento a título de devolução ao final do contrato.

5.3 - Ao PODER CONCEDENTE, é facultado o direito de fiscalizar e vistoriar o imóvel, tanto interna como externamente e por quantas vezes julgar necessário, através de seus agentes fiscalizadores devidamente instituídos para tal, desde que avise a CONCESSIONÁRIA com uma antecedência mínima de 03 dias úteis de sua visita ou fiscalização.

CLÁUSULA SEXTA - DAS MODIFICAÇÕES ESTRUTURAIS DO IMÓVEL

6.1 - O PODER CONCEDENTE não se responsabiliza por quaisquer instalações, modificações, reformas ou adaptações nas estruturas por ventura existentes para que estas venham melhor se adaptar a atividade da CONCESSIONÁRIA, devendo esta fazer o que se mostrar necessário, as suas custas, exceto quando a Lei Municipal permitir a concessão de benefícios desta ordem.

6.2 - Quaisquer mudanças estruturais ou adaptações no imóvel, ainda que topográficas, somente poderão ser feitas após anuência da municipalidade e expressa autorização desta.

6.3 - A Concessionária deverá se responsabilizar por toda a documentação, taxas, e liberações pertinente a edificação que irá aperfeiçoar no imóvel, perante os setores competentes da municipalidade que irá ou não autorizar a edificação consoante legislação aplicável à matéria bem como em respeito ao disposto no §4º do atr. 1º da Lei 735/15.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DISSOLUÇÃO ANTECIPADA DA CONCESSÃO

A Concessão pode ser dissolvida antes de seu prazo final, desde que de comum acordo entre as partes contratantes, bastando, para tanto, a comunicação via expressa de uma das partes com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento do informe.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 - Além dos encargos de ordem legal e os demais assumidos em outras cláusulas e documentos integrantes do Contrato, obriga-se, ainda, a CONTRATADA a:

a. Proceder, no final da concessão, à limpeza de todas as áreas utilizadas, devendo remover todo o material, equipamento e outros pertences seus, incluindo sobras e lixo, sendo esses serviços as custas da contratada;

b. Fornecer a qualquer momento, todas as informações necessárias para o perfeito aperfeiçoamento contratual;

c. Responsabilizar-se durante a execução do contrato por qualquer dano que, direta ou indiretamente, ocasionar à bens da Municipalidade ou sob sua responsabilidade, ou ainda de terceiros, na área do imóvel ou fora dele;



c.1 Constatado dano a bens da Municipalidade ou sob a sua responsabilidade ou, a bens de terceiros, a CONTRATADA, de pronto, os reparará ou, se assim não proceder, o CONTRATANTE lançará mão das prerrogativas legais assim como das previstas em contrato, sem prejuízos de ações judiciais para tal.

d. Manter as condições de higiene e limpeza do pátio do imóvel e seus arredores, podendo, se assim desejar, inclusive instalar cercas e grades de proteção, as suas custas, nos limites descritos para o imóvel. Deverá ainda conservar o terreno de modo a evitar o acúmulo de águas pluviais, alagamentos ou erosão, dentro dos limites do imóvel.

8.2 - Durante a vigência deste contrato de concessão a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar os seguintes documentos na sua respectiva regularidade, encaminhados ao gabinete do prefeito, mediante protocolo:

a. A cada seis meses, durante todo o período de contratação, documentos comprobatórios da geração e manutenção dos empregos declarados nos documentos constantes deste contrato;

b. Até o fim do sexto mês de contratação documentação, em nome da contratada, que comprovem efetivamente o valor de investimento descrito em sua proposta e a área edificada.

8.3 - Todas as legislações pertinentes a sua atividade mercantil deverão ser observadas, ainda que a municipalidade não atue na fiscalização das mesmas.

8.4 - É de responsabilidade da Concessionária a contratação de seguros de toda ordem a fim de garantir a necessária proteção a sua atividade bem como aos demais ocupantes da Área Industrial 01.

8.5 - Deverá a CONCESSIONÁRIA providenciar, as suas custas, a regular manutenção do sistema de prevenção de incêndios de forma a se adequar ao exigido pelas normas bem como condizente a ser aprovado por vistoria do Corpo de Bombeiros.

8.6 - Serão de responsabilidade da CONTRATADA, a manutenção do imóvel.

8.7 - Da mesma forma, a CONTRATADA deverá assumir inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações previdenciárias, sociais e de proteção aos seus empregados, se houverem, bem como, pelos encargos fiscais e comerciais, mediante a concessão.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 Proporcionar todas as condições para que a contratada usufrua do bem imóvel em respeito as condições previamente estabelecidas.

9.2 O Município executará a infraestrutura da Área Industrial que compreenderá a abertura de ruas e a pavimentação destas, instalação das redes de energia elétrica de alta e baixa tensão e demais obras e serviços necessários ao seu adequado funcionamento, obedecidas às disponibilidades orçamentárias, financeiras bem como as prioridades administrativas;

9.3 Terão execução prioritária as obras e infraestrutura básica exigíveis nos termos da legislação federal, estadual e municipal aplicáveis, podendo, ainda, o Município executar serviços de terraplenagem necessários à instalação da indústria e benfeitorias, desde que haja previsão orçamentária e financeira para tal.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 - Expirado o prazo convencionado para o término da concessão sem que a CONTRATADA desocupe o imóvel, nem apresente justificativa plausível para tal, será aplicada a penalidade de multa, correspondente 0,1% (zero ponto um por cento) sobre o valor do faturamento da proponente totalizado nos seis últimos meses de funcionamento, por dia de mora, facultado ao PODER CONCEDENTE manejar as ações judiciais competentes para a desocupação e restituição do imóvel a municipalidade.

10.2 - Além do aqui tipificado, outras penalidades administrativas poderão ser aplicadas, nos termos do artigo 87 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO E RESTITUIÇÃO DO IMÓVEL



11.1 - O contrato poderá ser rescindido no caso de sua inexecução total ou parcial, na incidência dos motivos previstos no artigo 79 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações, sem prejuízo de descumprimento de outras disposições editalícias e contratuais aliado ao que dispõem a Lei Municipal 735/2015.

11.2 - O terreno deverá ser restituídos ao PODER CONCEDENTE ao final do prazo previsto neste termo nas mesmas condições em que a CONCESSIONÁRIA o recebeu.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SUBCONTRATAÇÃO

12.1 - Não é permitido a CONCESSIONÁRIA transferir no todo ou em parte o objeto contratual a outra pessoa física ou jurídica, sob pena de, se o fizer, rescisão contratual imediata.

12.2 - O direito de uso não poderá sofrer oneração, em garantia de financiamento para instalação das estruturas físicas e suas ampliações, ou ainda para a manutenção da atividade laboral do concessionário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

13.1 - Os casos omissos neste Contrato serão resolvidos pela legislação aplicável à espécie em especial pela Lei n.º 8.666/93, de 21 Junho de 1993, alterada pela Lei n.º 8.883/94, de 08 de Junho de 1994, Lei Municipal 735/2015 e suas posteriores alterações, aliado ao que dispõem o Decreto Lei 271/67.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GARANTIA CONTRATUAL

Ficam dispensadas garantias para a celebração do presente termo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS

Não haverá dispêndios para o PODER CONCEDENTE para o presente Contrato razão pela qual não há dotação a se mencionar.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO CONTRATUAL

Fica eleito, desde já, o foro da Comarca de Palmas, Estado do Paraná, como foro competente para dirimir quaisquer questões advindas da aplicação deste Contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem as partes justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento Contratual, elaborado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Coronel Domingos Soares- PR, 27 de setembro de 2023.


ANGELO DE JESUS DE OLIVEIRA
98049569934


LIOMAR ANTONIO BRINGHENTTI
88145670934


ANTONIO CARLOS KOVOLISKI
72246103991


LUCAS PIRAGIBE BARCAROL
06922721942

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 101/2023 – Data 27/09/2023

Ref. Concorrência 4/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av Araucária, 3120, inscrito no CNPJ nº 01614415/0001-18, CONTRATANTE, representado neste ato pelo prefeito Jandir Bandiera, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado em Cal. Domingos Soares/PR a Avenida Araucária, 2913, apto 101 de CPF nº. 383.803.310 – 87 e RG nº 15.546.648 – 0 (SSP/PR). CONTRATADO(A): A J Oliveira & Cia Ltda–ME, Sediada na Vila Rural Alberto Carraro, S/N Lote 13 Quadra 02–CEP: 85657000–BAIRRO: VILA RURAL, Coronel Domingos Soares/PR, inscrita no CNPJ sob nº 10.583.049/0001-78

OBJETO(S):

Concessão de direito real de uso de um terreno situado na área industrial 01, sendo o lote 05 da quadra 02 medindo 1.007,26m² (mil e sete metros e vinte e seis centímetros quadrados), localizado no prolongamento da Avenida Araucária, S/N, constante da matrícula nº 13.986, conforme mapa em anexo, pelo prazo de 10 (dez) anos, visando fomentar a geração de empregos no Município de Coronel Domingos Soares e o incremento da arrecadação fiscal e o aperfeiçoamento de novos investimentos.

FORMA DE PAGAMENTO: Não onerosa.

Prazo de execução/entrega: 120 meses

Prazo de vigência: 120 meses

FORO: Comarca de Palmas-PR.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

DOTAÇÕES				
Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
6430	11.001.22.691.0013.2073	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

Cod420190